



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

GUSTAVO DOS SANTOS COSTA

**A FEIRA LIVRE (R)EXISTE: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE
RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO DA FEIRA LIVRE DE SUMÉ-PB**

CAMPINA GRANDE-PB
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

GUSTAVO DOS SANTOS COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande –UFCG, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Lincoln da Silva Diniz.

CAMPINA GRANDE- PB

2019



C837f Costa, Gustavo dos Santos.

A feira livre (r)existe : uma análise do processo de racionalização do espaço da Feira Livre de Sumé - PB. / Gustavo dos Santos Costa. - 2019.

90 f.

Orientador: Professor Dr. Lincoln da Silva Diniz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. Feira Livre de Sumé - PB. 2. Feiras livres. 3. Reestruturação econômica. 4. Comércio de pequenas cidades. 5. Materialismo histórico-dialético. 6. Pequenas cidades - feiras. 7. Espaço e Teoria Marxista. 8. Sumé - PB - aspectos sócio-econômicos. 9. Relação campo-cidade. 10. Pensamento geográfico e Marxismo. 11. Conceito de espaço. 12. Feira de Sumé - PB I. Diniz, Lincoln da Silva. II. Título.

CDU:339.177(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA DE: **Gustavo dos Santos Costa**

TÍTULO: **A FEIRA LIVRE (R)EXISTE: uma análise do processo de
racionalização do espaço da Feira Livre de Sumé-PB**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Campina Grande (PB), 22 de maio de 2019

Prof. Dr. Lincoln da Silva Diniz (UFCG - Orientador)

Prof. Me. Noaldo José Aires Tavares (MEMBRO EXTERNO)

Prof.^a Dra. Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá (MEMBRO EXTERNO)

EPÍGRAFE

A verdadeira ciência começa quando trazemos conceitos, abstrações e formulações teóricas de volta a vida cotidiana e mostramos como eles podem iluminar os porquês das lutas cotidianas que as pessoas em geral, mas em especial os trabalhadores, enfrentam em sua batalha pela sobrevivência.

(David Harvey, 2018)

AGRADECIMENTOS

Esta monografia, resultante de três longos anos de iniciação científica, marca não só uma fase de minha vida, como também o início da construção de um roteiro de estudos sobre um objeto de estudo tão caro a nossa identidade regional nordestina, a Feira livre. No entanto, este estudo não seria possível sem a colaboração de tantas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para o amadurecimento de minhas inquietações e para minha permanência na graduação.

Assim, quero agradecer a minha família, primeiramente, aos meus pais, Mercio Costa e Maria das Graças, pelo apoio nos momentos mais difíceis e por todos os esforços que fizeram para que eu saísse de casa em prol dos estudos. Pois, estes quatro anos não foram fáceis, no entanto, sem eles, não teria sido possível.

Também quero agradecer ao meu orientador Lincoln Diniz, no qual considero um segundo pai, que me deu a oportunidade de ingressar na iniciação científica e, ao longo da graduação tornou-se um grande amigo.

Também quero agradecer a minha namorada, Natália Marinho, por todo apoio que me destes, em especial, durante todo o período de escrita desta monografia, momento de intenso estresse, mas que em sua companhia passei por todo esse processo com menos sofrimento.

Por último, quero agradecer aos meus amigos, John, Romário, “Gato do Mato”, Icáro, Hígor, Bárbara, Juliana, Raphaela, Elaine, Andresa, Darciley, Humberto, Joalison, Jesus, Aquiles e tantos outros que se fizeram presentes, contribuindo para que o ambiente acadêmico se tornasse menos hostil.

SUMÁRIO

Lista de Mapas	1
Listas de Tabelas	1
Lista de Gráficos	1
Lista de Imagens	2
RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
1. A TEORIA MARXISTA E O CONCEITO DE ESPAÇO	9
2.1. A DIALÉTICA MARXISTA.....	10
2.2. O MARXISMO NO PENSAMENTO GEOGRAFICO.....	12
2.2.1. A CRISE DA GEOGRAFIA.....	13
2. OS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ E A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO LOCAL	19
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	21
2.2. AS PARTICULARIDADES DA DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO EM SUMÉ.....	23
3. A ECONOMIA URBANA NA CIDADE LOCAL	26
3.1. ESPAÇO, COMÉRCIO E FORMAS ESPACIAIS.....	28
3.2. O CENTRO COMERCIAL E A FEIRA LOCAL.....	31
3.3.A CENTRALIDADE DO COMERCIO NA CIDADE LOCAL.....	33
4. A RACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA CIDADE LOCAL	38
4.1. A INSERÇÃO DA PEQUENA CIDADE NA DINÂMICA CAPITALISTA.....	39
4.2. ELEMETOS ESTRUTURANTES DO SISTEMA URBANO.....	42
5. CIDADE LOCAL: RELAÇÃO CAMPO-CIDADE	43
5.1. RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA CIDADE.....	47
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	51
6.1. A DINÂMICA INTERNA DA FEIRA-LIVRE DE SUMÉ.....	51
6.1.1. A RELAÇÃO DA FEIRA DE SUMÉ COM A IDENTIDADE LOCAL/REGIONAL.....	55
6.2. OS EFEITOS DO PROCESSO DE RELOCAÇÃO DA FEIRA CENTRAL.....	57
6.2.1. A RELOCAÇÃO DA FEIRA NA ÓTICA DOS FEIRANTES.....	58

6.2.2. A RELOCAÇÃO DA FEIRA NA ÓTICA DOS CONSUMIDORES.....	59
6.3. AS NOVAS FORMAS COMERCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA COMERCIAL LOCAL.....	60
6.3.1. A NATUREZA DA RACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EM SUMÉ.....	61
6.4. A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA LOCAL/REGIONAL DA FEIRA-LIVRE DE SUMÉ.....	66
6.4.1. A DINAMICA COMERCIAL INTERNA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ.....	68
6.4.2. O PAPEL DA FEIRA-LIVRE E A MOBILIDADE ESPACIAL.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

Lista de Mapas

Mapa 1 - Configuração da Microrregião do Cariri Ocidental e da Região Imediata de Sumé.....	22
Mapa 2 – Mapeamento do Centro Comercial Tradicional de Sumé.....	57
Mapa 3 - Mapeamento das comunidades visitadas.....	70
Mapa 4 - Fluxograma da relação Campo-Cidade em Sumé-PB.....	71
Mapa 5 - O efeito-centrípeto da sede municipal de Sumé e de sua circunvizinhança.....	73

Lista de Quadros

Quadro 1 - Distribuição dos micro-empresendimentos da Feira de Municipal de Sumé.....	52
Quadro 2 - Configuração dos circuitos espaciais de produção em Sumé.....	74

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Fatores que influenciaram o surgimento dos micro-empresendimentos.....	53
Gráfico 2 - Os Modos de Pagamento.....	55
Gráfico 3 - Relocação do Mercado Municipal – Consumidores.....	59
Gráfico 4 - Comércio e Serviços que apresentaram maior redução na Rua Manoel Severo.....	60
Gráfico 5 - Comércio e serviços que apresentaram maior redução na Av. 1º de Abril.....	60
Gráfico 6 - Comércio que apresentaram maior expansão na Rua Manoel Severo.....	62
Gráfico 7 - Comércio e Serviços que apresentaram maior expansão na Av. Primeiro de Abril.....	62
Gráfico 8 - Representação do PIB e Renda Per Capita de Sumé-PB entre 2000 e 2015.....	64
Gráfico 9 - Participação regional na Feira Municipal de Sumé-PB.....	66
Gráfico 10 - Identificação geográfica e a finalidade dos deslocamentos dos consumidores...65	

Lista de Figuras

Figura 1 - Feira-livre de Sumé na década de 1940.....	24
Figura 2 - O largo da Av. 1º de Abril e a Prefeitura Municipal de Sumé.....	24
Figura 3 - Produção de tomate nos perímetros irrigados e os novos fluxos.....	24
Figura 4 - A junção entre as novas e as velhas técnicas.....	54
Figura 5 - O Mercado Público Municipal de Sumé-PB na década de 1980.....	56
Figura 6 - O atual Mercado Público Municipal de Sumé em 2018.....	56

Figura 7 - Caracterização espacial das atividades terciárias que apresentaram maior crescimento e maior redução entre 2012 e 2018.....	61
Figura 8 - O Shopping Center construído com recursos do município.....	63
Figura 9 - Galeria da Rua Manoel Severo.....	63
Figura 10 - Farmácia recém instalada da Av. 1º de Abril.....	63
Figura 11 – Caracterização espacial da Evolução Comércio de Alimentos no Centro Comercial de Sumé-PB entre 2000 e 2018.....	65
Figura 12 – Mercado público em 2019.....	69
Figura 13 – Feira de verduras.....	69
Figura 14 – Transportes coletivos usados pela população rural.....	69
Figura 15 – Feira de orgânicos, produtores locais.....	69

RESUMO

As feiras-livres do interior nordestino, historicamente, caracterizadas pela sua significativa importância sócio-espacial, responsável pela dinamização econômica e informacional, como também pela manutenção dos valores culturais e dos simbólicos, indispensáveis na estruturação do espaço social de acordo com os valores locais/regionais. Sua relevância se dá, especialmente, nas cidades locais, pois, em sua natureza, possuem curtas ondas de influência social, econômica e política, estando incluídas, de modo periférico, nas redes de dinamização do capital. Neste sentido, as feiras livres, como no caso da Feira-Livre de Sumé, são de suma importância na circulação dos capitais no território municipal, assim como, através dos fluxos, estimulam o empreendedorismo e o desenvolvimento socioeconômico contextualizado com as necessidades sócio-espaciais locais. Entretanto, em decorrência dos novos fluxos de capitais e da atual base técnica-material, intrinsecamente associada aos novos hábitos cotidianos canalizados pela racionalidade do consumo dirigido, as feiras-livres encontram-se em um intenso processo de redução de seus fluxos e de desterritorialização de suas influências. Neste sentido, a partir do materialismo histórico-dialético e das contribuições do pensamento marxista, este estudo buscou analisar os fenômenos condicionantes e resultantes do fenômeno supracitado, bem como seus impactos na dinamização econômica local. Para tanto, foram aplicados questionários com os mais diversos agentes produtores do espaço, identificando o desenvolvimento do processo de reconfiguração dos fluxos de pessoas e capitais nos últimos anos, possibilitando realizar mapeamentos e a quantificação dos dados obtidos. Ao final da pesquisa, constatamos que a Feira livre supracitada encontra-se em decadência, ao passo que a dinâmica no centro comercial se intensifica e a mobilidade espacial aumenta, assim conclui-se que o referido processo se constitui com uma estrutura das relações capitalista de reestruturação de suas estratégias espaciais de acumulação.

Palavras-Chave: Reestruturação econômica; (Re)produção do espaço; Pequenas cidades; Feira Livre; Comércio; Novos fluxos.

INTRODUÇÃO

Cotidianamente, quando realizamos qualquer deslocamento, observamos que as paisagens pelas quais perpassamos revelam culturas e sistemas simbólicos distintos, contudo, espacialmente hibridizados, socialmente legitimados e utilizados, são figuras, frases, formas arquitetônicas, sendo compostos por significados. O espaço se configura como uma instancia infinita de possibilidades e combinações, ou seja, um híbrido de fenômenos sócio-espaciais caracterizantes do atual contexto político, econômico e cultural. Por sua vez, não trata-se somente da convergência de elementos e significados étnicos distintos, concentrados em uma única porção do espaço, e sim da intensidade destas combinações e de sua capacidade de reprodução ao longo do globo (SANTOS, 2000).

Tal como aponta Santos (2000), nos encontramos em um período ápice do desenvolvimento técnico, que o mesmo irá denominar de meio técnico-científico-informacional, por um lado, marcado pelo aprimoramento das capacidades técnicas e por outro, pelas intencionalidades dos usos e das interações sociais resultantes do uso dos recursos técnicos. Pois, de acordo com Santos (1997), “o espaço é um composto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação”, estando na dialética entre sujeito e objeto a natureza das relações sócio-espaciais, constituindo-se como elementos centrais para análise dos fenômenos sócio-espaciais.

Neste sentido, se os atuais meios técnicos possibilitam, cada vez mais, uma redução do contato direto entre os indivíduos para a efetivação das relações sociais, conseqüentemente, a produção do espaço se desenvolverá produzindo a lógica da distância. Por mais que esta afirmação se pareça contraditória, levando em consideração um território com uma distribuição demográfica tal como o Brasil, em que parte significativa da população encontra-se concentrada em algumas metrópoles, assim, aumentando a possibilidade de “encontro” entre os indivíduos.

No entanto, este adensamento demográfico ocorre apenas no campo das aparências. Como bem aponta Rémy & Voié (1992), as relações sociais contemporâneas se caracterizam pela mobilidade espacial, sendo reduzida através da expansão dos meios de comunicação. Pois o ato de planejamento, estruturante da atual racionalidade hegemônica, reduzindo a aleatoriedade dos encontros, tornam as relações sociais condicionadas a frações espaço-temporais específicas. Atualmente, ocorridas via os sistemas de comunicação a distância.

Cabe destacar que, tais condicionantes sócio-espaciais obedecem a uma determinada lógica de alocação e organização espacial, o que Santos (1997) denomina de *natureza*, responsável pela forma de arranjo espacial. Tal lógica corresponde ao modo de produção vigente, o sistema capitalista que, na aurora no século XXI busca, além de uma consolidação na classe média e alta, estender suas ondas de alcance e adentrar nos grupos socialmente excluídos, dentro da literatura especializada compreendida como *as massas*.

Ao passo que estas ondas se desenvolvem, cobrindo, superficialmente, todo o globo, tornam este processo cada vez mais seletivo, assim dando forma as redes geográficas da globalização. Por sua vez, materializando-se no espaço algo que outrora se iniciou apenas como uma forma de pensar, forma esta que entende-se como inserida na lógica global, reprodutora das “universalidades”.

A produção social das redes geográficas retoma uma discussão estabelecida por Santos (1997), o papel da conscientização de uma rede global para a própria estruturação da globalização, assim a globalização não pode ser diagnosticada como um processo findado e irreversível, pelo contrário, ele é dinâmico e instável, sempre grupos econômicos entram em conflitos. Em períodos conflituosos a integração é drasticamente reduzida, sendo reintegrada pelas políticas de pacificação e valorização das redes globais, sendo consolidadas apenas no campo das abstrações, na conscientização e, conseqüentemente, nas relações sociais que estruturam novamente a rede global, realizando a manutenção dos processos “globais”.

Bourdieu (2017), compreende que o processo de reprodução do capital, atuando na manutenção do modo de produção capitalista, a partir do capital cultural, presente na publicidade, nos desejos, como guias dos projetos de vida, por sua vez, sendo simbólico, não palpável. Só assim, produzindo a estrutura do espaço social. Em sua análise “A reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação das estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar”. (BOURDIEU, 2017, p. 35)

Partindo das considerações aqui levantadas, é através dos canais gerados pela ampliação dos meios de comunicação, legitimados socialmente, que evoca-se uma nova racionalidade reproduzida pelas condicionantes da base da formação social: família e escola. Dessa forma, percebe-se que o processo de reestruturação das estruturas produtivas de acumulação capitalista partem das relações sociais, aparentemente, menos complexas, pois são a partir destas interações que os costumes e gostos são veiculados aos sujeitos, dando

estruturação as novas tendências impostas pelo processo de racionalização das relações de produção, inerente a própria dinâmica do capitalismo.

De fato, o processo de racionalização não se solidifica apenas na base das relações sociais (família e escola), mas eles surgem a partir delas e se reproduzem em relações sociais mais complexas, como na concorrência do mercado, na configuração dos fluxos de capitais e no processo de artificialização da paisagem, fundamentados nas ideias de planejamento e otimização dos meios de produção e comercialização, assim, maximizando o processo de extração de mais-valia. Diante deste contexto, os processos supracitados se apresentam como estruturas já estruturadas, mas que funcionam, de modo indispensável, na estruturação de outras estruturas, portanto, sendo dinâmicos e interdependentes.

Historicamente, a Feira-livre de Sumé se constitui como um dos mais importantes mercados públicos localizado na Região Imediata de Sumé, simultaneamente, funcionando na concentração e dispersão dos capitais, em especial, *bens salariais*¹. Dessa forma, sendo legitimada pelo uso social, estruturando o espaço social mediante a realização de trocas, tornando-se de suma importância para dinamização da economia local, ou seja, rural e urbana.

Contudo, alguns fenômenos típicos do atual contexto social e político, inerentes a dinamização da globalização, como o consumo dirigido, a apropriação de símbolos “universais” e a adoção de um cotidiano marcado pela mobilidade, cada vez mais, planejado e sistematizado, assim reduzem o “controle ecológico” das relações sociais que outrora sustentaram a “vida coletiva” tão cara e importante para manutenção das feiras-livres, para utilizar as palavras de Rémy e Voié (1992).

Portanto, as reduções dos fluxos de capitais na feira-livre local, bem como a reconfiguração dos fluxos comerciais, só podem ser compreendidos se levarmos em consideração a origem dos determinados processos, sua função, forma e conteúdo. Sobretudo, entendendo tais fenômenos como manifestações da atual estrutura do espaço social, possuindo uma dimensão espacial, formada através de eventos que se deram temporalmente, logo, material e histórico.

¹ De acordo com Harvey (2018), os bens salariais são os bens necessários a subsistência da classe trabalhadora, comprados com o salários, atualmente, a própria noção de necessidade vem sendo modificada e os bens salariais também sofrem modificação. Ver mais em: HARVEY, David. **A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: Marx e o capital do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Tendo em vista os diferentes papéis exercidos pela feira-livre², principalmente, pela distinção entre sua função na cidade e sua função no campo a metodologia adotada optou uma análise multiescalar, considerando que devido à ampliação ou redução da escala de análise, alguns elementos do fenômeno são evidenciados e outros são ocultados. De acordo com a classificação desenvolvida por Souza (2016), a pesquisa partiu de uma análise sob escala local, entretanto, dividida em microlocal, relativa ao espaço interno da feira livre; escala mesolocal, incluindo a relação entre a feira livre o centro comercial, os agentes políticos urbanos e sociedade civil e, por último, uma última análise macrolocal, abrangendo a relação entre a cidade e o campo através das redes de cooperação.

Como resultado das investigações, constatamos que a relação entre sujeito e desejos de consumo se apresenta como uma das maiores manifestações das novas tendências capitalistas, sendo mediante o cotidiano que se estrutura uma nova estrutura sócio-espacial. Tal estrutura depende, cada vez mais, da mobilidade espacial, ao mesmo tempo em que aumenta seu poder de escolha, selecionando de acordo com seus interesses as melhores opções para o estabelecimento das relações comerciais. Contudo, o novo meio geográfico, caracterizado pela velocidade e flexibilidade das relações sociais de produção, não indica maior autonomia para os sujeitos, ao inverso, dissemina os valores de liberdade, entretanto, de modo ainda mais intenso a manipular o comportamento das massas através das novas técnicas de comunicação social.

O texto seguinte, referente as discussões teórico-conceituais e metodológicas, foi dividido pelos seguintes capítulos: 1) *A teoria marxista e o conceito de espaço*, explanando de modo breve as contribuições ao pensamento geográfico derivas do pensamento de Marx e de seus discípulos; 2) *Os aspectos socioeconômicos do município de Sumé e a importância do comércio local*, trata-se de capítulo dedicado à introdução do objeto de estudo deste trabalho: a dinâmica econômica do município de Sumé, assim incluindo a feira livre da local; 3) *A economia urbana na cidade local*, é um capítulo específico para discutir as contribuições teóricas sobre economia e a necessidade de contextualização para compreensão das pequenas cidades; O capítulo 4) *A racionalização do comércio na cidade local*, propõe-se a interpretar as transformações organizacionais e morfológicas das formas comerciais da cidade de Sumé, sob suas especificidades, como a condição marginal e subordinada, assim como os impactos decorrentes destas transformações e, por último, 5) *Cidade local: relação campo-cidade*,

² A Feira Livre de Sumé, assim como a maioria das feiras das pequenas cidades do interior paraibano, se constitui como uma forma de comercial tradicional na modalidade do comércio varejista, salvo algumas poucas exceções que comercializam em atacado.

relativo a reformulação do conceito de urbano ao tratar-se de cidades locais, decorrente do alto número de fluxos entre a cidade e o campo, dialeticamente, se desenvolvendo mediante tais interações.

Uma outra parte deste trabalho se refere-se a análise do dados que se concentram no capítulo 6) *resultados e discussões*, por sua vez, tal capítulo se divide em quatro subcapítulos: 6.1) *A dinâmica interna da feira-livre de Sumé*, referentes aos dados obtidos entre feirantes e consumidores da Feira livre local; O subcapítulo 6.2) *Os efeitos do processo de relocação da feira central*, buscou identificar e analisar as justificativas e os impactos da relocação do mercado público local; 6.3) *As novas formas comerciais e reconfiguração da dinâmica comercial local*, é um texto que, a partir de dados e representações cartográficas, se destinou a compreender o caminho das transformações do centro comercial local e sua influência sobre a redução dos fluxos na feira livre local; Por último, O subcapítulo 6.4) *A importância socioeconômica local/regional da feira livre de Sumé* objetiva concluir a discussão sobre os resultados obtidos, mostrando a importância da feira livre para a manutenção da relação entre a cidade e o campo.

1. A TEORIA MARXISTA E O CONCEITO DE ESPAÇO

Este capítulo busca explicar o papel do Marxismo na consolidação da geografia como uma ciência social crítica, tendo em vista que sua preocupação principal é referente a relação entre homem e natureza ou, para alguns pensadores, entre sociedade e espaço. Tendo seus esforços direcionados a respeito da importância do método de Marx para reformulação da geografia. Para tanto, foi identificado e analisado, de modo breve, o pensamento de alguns teóricos marxistas inseridos na discussão espacial e geográfica, portanto, não busca-se concluir uma reflexão, mas iniciá-la.

O pensamento do filósofo alemão Karl Marx se constitui como uma das mais importantes matrizes do pensamento social da modernidade. Cabe ressaltar que este texto, ainda introdutório, não busca debruçar-se sob o complexo pensamento e obra de Marx, pelo contrário, objetiva ser sintético, entretanto, capaz de elucidar a influência do referido autor sobre as vertentes críticas da geografia humana, em especial, sobre o conceito de espaço como uma extensão conceitual capaz de compreender as transformações sociais então vigentes, tal como as contradições inerentes as relações sociais de produção no seio do capitalismo.

Aqui entende-se que existe uma relação recíproca entre contribuições de Marx e o desenvolvimento da teoria Marxista, sendo o segundo uma (re)produção das ideias do primeiro, todavia, sob novos contextos políticos e econômicos, incluindo novos processos decorrentes da inserção de novos agentes sociais, considerando a dinamicidade das relações sociais de produção estruturantes do sistema econômico então vigente. Por natureza, instável e insustentável, assim, gerando crises e reconfigurações constantemente (MARX, 2017).

De acordo com Triviños (1987, p. 49), que, por sua vez, generaliza o pensamento marxista, a evolução desta corrente passa por três fases: [...] uma primeira fase representada por Marx; uma segunda, na qual trabalham juntos Marx e Engels, e uma terceira etapa que, em geral, compreender as contribuições feitas por Lênin. Ainda segundo o autor, existe uma quarta etapa, relativa a contemporaneidade, apresentando-se mais diversificada. Entretanto, o marxismo compreende, precisamente, três ramos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política.

Segundo o referido autor, o pensamento de Marx é fundamentado sob três fontes: [...] o idealismo clássico alemão (Hegel, Kant, Schelling, Fichte), o socialismo utópico (Saint-Simon e Fourie, na França, e Owen, na Inglaterra) e a economia política inglesa (D. Ricardo e Smith). Em virtude da multiplicidade de fontes e da própria dedicação integral a atividade intelectual, Marx viabilizou uma renovação teórico-metodológico das ciências sociais e da filosofia a partir da associação entre o Materialismo histórico e o Materialismo dialético (TRIVIÑOS 1987, p. 49).

Marx é caracterizado por um rompimento das tradições científicas de sua época, sistematizando críticas ao pensamento filosófico e científico, que, por sua vez, caracterizam a evolução de seu pensamento e de suas constatações, tendo em vista que o mesmo muda substancialmente de objeto de estudo ao longo de sua vida. Assim, a evolução de suas obras parte de discussões filosóficas, em parte abstratas, até a preocupação com a materialidade e condições vida da classe operária no mundo ocidental, tornando-se um importante militante política das causas operárias, compreendendo o papel da razão na otimização das condições de existência individual e coletiva, bem como as contradições ao sistema capitalista que, por um lado precarizam as condições de trabalho e bem-estar ao passo que se desenvolvem e aumentam suas capacidades de acumulação. (MARX, 2009)

Diante desta influência do pensamento de Marx, Lefebvre (2016, p. 26), aponta o marxismo não apenas como uma vertente filosófica ou pertencente as ciências sociais, mas uma *concepção de mundo*, estando além de uma filosofia. Dissociando-se de concepções de mundo metafísicas como a religiosas (no ocidente, predominantemente, a concepção cristã). Esta concepção se associa a materialidade, como uma extensão da consciência que se concretiza mediante a *prática social*. Assim,

[...] o marxismo rejeita, deliberadamente, a subordinação prévia, imóvel e imutável de elementos do homem e da sociedade, uns aos outros; mas não admite tampouco a hipótese de harmonia espontânea. Contata-se, com efeito, a existência de contradições tanto no homem como na sociedade humana.

Portanto, é com base nas contradições inerentes as práticas humanas, por consequência, aos processos sociais que seu método se estrutura, se dialético e histórico, compreendendo a formação, legitimação e expansão das relações sociais de produção contemporâneas.

1.1. A DIALÉTICA MARXISTA

Como um legítimo pensador da modernidade, Marx solidifica suas análises a partir de preocupações empíricas, partindo sempre da realidade objetiva, na bibliografia especializada, chamada de *práxis*. Neste sentido, a *práxis* é a realidade objetiva como reflexo de uma consciência, que por sua vez, o segundo só pode ser compreendido com base no primeiro. Assim, a matéria é o objeto principal de suas análises e o espírito da matéria como sendo um objeto secundário, mas não menos importante.

Neste sentido, a matéria, por exemplo, pode ser entendida com os recursos naturais, que por sua vez, surgiram antes do próprio homem, assim existindo enquanto tal, entretanto, isenta de valor, em outros termos, sem espírito. Desse modo, função, utilidade ou importância da matéria são qualidades definidas apenas pela relação entre homem e natureza mediatizada pelo trabalho, sendo o homem o único responsável por agregar valor à matéria (TRIVIÑOS, 1987).

Compreender que o método de análise marxista se estrutura da materialidade das relações sociais é fato, mas não tem conteúdo explicativo em si, pois este conteúdo é referente à forma com que a materialidade é analisada, a perspectiva de análise, que se apresenta como uma resignificação da dialética hegeliana. De acordo com Lefebvre (1991), a dialética de Hegel se constitui como um pensamento abstrato, comum às teses idealistas, caracterizadas pela ausência de aplicação, assim Marx a resignifica inserindo o materialismo que tende a aumentar suas possibilidades de análises e constatações. Por consequência, as contribuições de Marx tornam a dialética uma fonte legítima do saber científico.

Segundo Lefebvre (1991), o pensamento dialético se consolida como a matriz do pensamento analítico, sendo a lógica dialética a análise do movimento da sociedade. O princípio da dialética é *a contradição*, sendo a contradição o motor sinérgico das relações sociais na modernidade, assim:

“A contradição dialética não é o absurdo lógico, [...] o dialético não concebe esse absurdo ou essa impossibilidade como tais, pelo contrário, vê neles um ponto de partida e a inserção numa inteligibilidade que ele declara concreta” (LEFEBVRE, 1991, p. 29).

Neste sentido, o método dialético se evoca como possibilidade de compreensão do movimento da sociedade, assim não deve desenhar um pensamento simplista, superfiliando a análise sócio-espacial, pelo contrário, deve estabelecer o inverso, na busca por aprofundar-se sobre o pensamento formal (legitimado socialmente, mas sem comprovação nem reflexão), historicamente, tido como hegemônico e presente no processo de (re)produção das formas

mediante ressignificação de seu conteúdo, o espírito das formas espaciais, que por natureza é contraditório. Sendo a (re)produção contraditória o movimento estruturador, portanto:

Se poderia dizer melhor que só existe dialética [...] se existir movimento; e que só há movimento se existir processo histórico: história. [...] A história é o movimento de um conteúdo, engendrando diferenças, polaridades, conflitos, problemas teóricos e práticos, e resolvendo-os (ou não) (LEFEBVRE, 1991, p. 29).

O método marxista, especificamente denominado de materialismo histórico dialético, estrutura com base nos pressupostos aqui destacados. O autor supracitado aponta as descontinuidades históricas e espaciais como um dos fatores necessários para que suas constatações devam “ir além de si mesmo”, por isso não só materialista histórico, mas acima de tudo dialético, incluindo as contradições que fundamentam a razão do movimento social, uma razão contraditória.

Segundo Triviños (1987), o materialismo histórico e materialismo dialético constituem-se como compreensões distintas da realidade, mas que se complementam, tendo cada qual sua contribuição teórica. O primeiro identifica o caráter dinâmico dos processos sociais, por isso, “[...] esclarece conceitos como *ser social*, [...] *consciência social*, [...] através da história, os *meios de produção* e as *forças produtivas*”. Por outro lado, o segundo tende a ressaltar [...] os aspectos que se referem as formas em movimento universais e as conexões que se observam entre elas.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 53)

Assim, a associação das duas perspectivas se consolida como um método capaz de estabelecer análise em dimensão espacial e temporal, inovadora sem negligências as contribuições então vigentes, buscando estabelecer o dialogo entre os diversos agentes e eventos pertencentes a totalidade, compreendido mediante o trabalho, como forma de transformação da natureza, e produção de mercadorias, como meio de organização social e reprodução dos interesses burgueses.

É diante do materialismo histórico dialético das contribuições de Marx a economia política que o pensamento geográfico vai reformular suas matrizes teórico metodológicas após a segunda metade do século XX. O emergir do pensamento marxista na geografia, além de sistematizar autocríticas sobre o pensamento geográfico e sobre a apropriação de seu conhecimento que, historicamente, contribuiu para sistematizar a atual configuração das relações capitalistas a partir de seu uso pelo Estado. No entanto, seu potencial não era explorado integralmente. Portanto, se constitui como um pressuposto para legitimação do conceito de espaço na teoria social crítica. (SOJA, 1980)

1.2. O MARXISMO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao longo do desenvolvimento do pensamento geográfico, sistematizado e legitimado enquanto ciência, é bastante lúcido o seu envolvimento com diversas matrizes de pensamento, em especial à tendência ao idealismo hegeliano de Karl Ritter e o positivismo de Comte que abrangeu toda a produção geográfica do século XVIII e XIX, e que, posteriormente, será reconfigurado com a inserção de novos conteúdos oriundos de matrizes distintas, como o socialismo utópico francês posto por Réclus e, atualmente, novas perspectivas ligadas ao culturalismo e a fenomenologia. (MORAES, 1981)

Dentro deste conjunto híbrido que foi o desenvolvimento do pensamento geográfico existe a influência do pensamento teórico Marxista, caracterizado pela sua expansão nas ciências sociais ao longo da segunda metade do século XX, o Marxismo se constitui com uma das tendências mais importantes do pensamento social, político, científico e filosófico. Por sua vez, em contrapartida com as demais ciências sociais, a geografia foi uma das últimas ciências de cunho social a aderir influência de Marx, talvez pelo fato de ser, naquele momento, a menos social em decorrência de uma, predominante, fundamentação teórica-metodológica ligada aos interesses do Estado e provida de instrumentos incapazes de compreender o papel ativo do homem na dinamização do espaço.

Segundo, França Filho (2009), este atraso, na inserção do pensamento de Marx, é decorrência da negligência do mesmo para com as questões espaciais, entretanto, o autor não exclui a existência de conteúdo geográfico nas obras de Marx, exclui somente a existência de um *Marx geógrafo* que tantos pensadores da geografia procuraram, assim conclui que:

O problema resultante deste tipo de abordagem está na incompatibilidade existente entre o pensamento de Marx, com sua visão totalizante da realidade, cuja ambição era compreender a essência dos problemas na sociedade de seu tempo, a fim de obter os subsídios científicos para a transformação da mesma através da ação política, e a atual visão compartimentada dos saberes, fruto da divisão do trabalho acadêmica. É inútil, portanto, tentar extrair da obra marxiana uma teoria geral do espaço, pois o resultado dessa insistência acarreta em uma compreensão distorcida, portanto, equivocada do pensamento de Marx.

Por isso, em concordância com o autor, a renovação do pensamento geográfico vista no Brasil, especificamente, na década de 1980, se diferencia pela maturação deste entendimento, ao contrário dos pioneiros como Lacoste (1973) e Quaini (1974), mas que, apesar de equívocos se constituem como importantes alicerces da renovação do pensamento geográfico.

1.2.1. A CRISE DA GEOGRAFIA

Desde as matrizes do pensamento geográfico, em tese, alicerçadas no século XIX, a geografia se constitui como um dos ramos das ciências sociais ligada aos interesses do Estado, estando na condição de uma estrutura social regimentada nas pautas do Estado. Contribuindo diretamente para manutenção da hegemonia do Poder institucional, assim, exercendo funções como o reconhecimento territorial (descrição e mapeamento), bem como a sistematização das diferenciações do espaço, desde critérios naturais aos aspectos humanos (MORAES, 1985).

Estas atribuições fazem da geografia uma extensão do conteúdo positivista do Estado moderno, não só pelo empirismo exacerbado, mas pela ausência de explicação, sistematização e criticidade. Assim, não estabelecendo uma análise do espaço, mas apenas sua mensuração e enaltecimento da realidade como uma condição já estabelecida e imutável. Como aponta Moreira (1982), havia satisfatórios estudos a respeito da configuração do espaço, de sua dinâmica, em especial, de suas próteses, como ferrovias, portos e dimensão das cidades. Contudo, pouco se sabia sobre a natureza destas próteses, constatações que não iam além de sua morfologia.

De fato, a geografia não conseguia responder aos questionamentos daquele momento histórico, especialmente, no Brasil. Pois era desprovida de instrumentos metodológicos para tanto (GONÇALVEZ, 1982). Trata-se de um recorte temporal, não muito distinto do atual momento, marcado pelo risco social, ou pela sociedade do risco, onde tudo está em constante transformação, a configuração espacial da indústria, a morfologia das cidades, a poluição, as desigualdades sociais, a geopolítica global, entre outros elementos. Trata-se de “[...] problemas concretos que se inscrevem no espaço geográfico e que vivemos” (GONÇALVEZ, 1982, p. 94).

As considerações realizadas pelo mesmo tratam-se de uma relação entre o potencial absoluto da análise geográfica e seu potencial relativo, o primeiro sendo a capacidade possível de compreensão da realidade sócio-espacial pela ciência geográfica e, o segundo como a capacidade real da análise geográfica, levando em considerações os instrumentos teóricos utilizados até então pelos geógrafos, mas, que por sua vez são relativos e podem ser transformados, assim, expandindo-os.

Neste sentido, o pensamento geográfico pode se reconfigurar com o objetivo de compreender a “Geografia da crise”, tendo como pressuposto a superação da análise “[...] do espaço como coisa, como sói acontecer entre os positivistas, como receptáculo das ações do homem e não espaço como relação social. É necessário que superemos os limites impostos à

geografia pelo positivismo lógico” (GONÇALVEZ, 1982, p. 110). Desse modo, a saída ainda se constitui em pensar a geografia como movimento, para isso emerge a dialética, como o método de compreensão do movimento social (VESSENTINI, 2009).

A geografia crítica, viabilizada pela contribuição teórico-crítica de Marx, emerge como resposta as novas condicionantes sócio-espaciais impostas. Entretanto, como já foi ressaltado, inicialmente, encontra-se uma barreira em decorrência da negligência da dimensão espacial feita por Marx, como aponta Lacoste (2003, p. 140), “*Quanto mais Marx organiza o seu raciocínio com referência constante ao tempo mais ele se mostra indiferente aos problemas do espaço*”. Entretanto, o mesmo encontra uma forte conexão entre o pensamento geográfico e Marx, esta conexão está na influência de Hegel, assim “[...] *ele não poderia ter deixado de estar consciente das relações estreitas que existem entre o tempo e o espaço*”.

A consciência de Marx sobre a relação tempo e espaço está, de modo mais nítido, no materialismo histórico dialético (QUAINI, 1974). Pois segundo o mesmo, os geógrafos não estão, totalmente, satisfeitos com a base teórica instrumental fornecida por seus precedentes que, por sua vez, mais se assemelha a um apanhado de várias disciplinas com pouca reflexão e sistematização, colocando-o seu próprio pensamento em crise. Sendo esta crise um fator resultante de sua base, em sua análise, destacando a escola italiana, mas representa a geografia de modo mais amplo, pela inercia ao mesmo que tempo que inativa e não-crítica.

Neste sentido, o mesmo evidencia que a cientificidade da geografia clássica era qualificar o homem a condição de animal, explicar as relações sociais e econômicas naturalizando-as, enquanto a economia se consolida mediante um conjunto de relações sociais, que, por sua vez, alteram a configuração espacial, ou seja, movimentos, inerentemente, antrópicos, por outro lado:

Marx opõe o método que vai do abstrato ao concreto, apresentado como o único método que permite ao pensamento apropriar-se corretamente do concreto, do real, isto é, em relação a abordagem empírico vulgar [...] (QUAINI, 1974, p. 18).

Para Quaini (1974), é através do materialismo histórico de Marx que torna-se possível uma redefinição do conceito de natureza, através da ecologia das relações entre homem e natureza. Desse modo, para pensar o meio é imprescindível compreender os impactos antrópicos, ou seja, as ações humanas. Sendo estas ações um acúmulo histórico de técnicas que marcam um determinado recorte da história, caracterizado por uma forma de agir que decorre das estratégias do capitalismo.

Portanto, todo fenômeno social tem sua natureza associado a algum momento histórico, composto por uma forma e conteúdo em comum. Assim, compreender a natureza dos fenômenos sociais é a chave interpretativa do movimento social. No que lhe concerne, o conceito de espaço quando ganha utilidade analítica, pois as relações sociais produzem, historicamente, formas espaciais composta por conteúdos referente ao um momento histórico.

A produção das formas espaciais é resultante da formação econômica, processo socialmente infundável, devido a infinidade de possibilidades de práticas sociais geridas através do capitalismo, organizando-as, ora como resultado, ora como ordem a ser cumprida (LEFEBVRE, 1991). Contudo, estruturando as relações sociais de produção a partir das materialidades da base técnica.

De acordo com Moreira (1982), a teoria social crítica se evoca como a principal saída da crise científica em que a geografia está inserida, como forma de desenvolver seu caráter analítico através do conceito de espaço. Pois “os geógrafos não perceberam que o que lhes falta é pôr os pés no seu próprio chão, e, então, propor uma teoria do espaço, que seja uma teoria social crítica” (MOREIRA, 1982, p. 34).

Para o mesmo, o caminho a ser trilhado é o método dialético aplicado ao conceito de espaço, trata-se de uma estrutura teórica triádica, composta por: natureza, formação econômica e arranjo espacial. Portanto, parte da relação trabalho-natureza na formação do arranjo espacial mediante a formação econômica, a forma econômica é o ponto central da dialética, está sendo resultado da interação para com a totalidade que por consequência se concretiza na (re)formação do arranjo espacial. (MOREIRA, 1982)

“O espaço geográfico tem uma natureza social [...]” (MOREIRA, 1982, p. 34), condicionada pela dependência da formação econômica com a dinâmica da totalidade do espaço. Pois “A noção de totalidade somente poder ser relacionada com o mundo como um todo”, mas que nas relações sociais são limitadas pelo trabalho, através da Divisão Internacional do Trabalho, mas que não se reduz ao trabalho propriamente dito, envolvendo outras relações sociais fomentadas pelo atual modo de produção, como o próprio consumo (SANTOS, 1982).

Sob este objetivo, a tentativa de manutenção do pensamento geográfico tendo em vista acompanhar as transformações sociais através do conceito de espaço, Santos (1979) parte do conceito de formação social. Este como sinônimo da efetivação da relações sociais, agrupando-as e organizando-as em concordância com o modo de produção então vigente. Para

o mesmo “o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e a formação econômica e social seria a possibilidade concreta” (IDEM, 1979, p. 13).

Da teoria de Marx, Santos retoma discussão sobre a formação econômica, pois em sua perspectiva “A noção de formação social é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada” (IDEM, 1979, p. 14). Portanto, a formação econômica e social é causadora das transformações espaciais, sendo acima de tudo, transformações objetivas, tanto na dinâmica espacial como em sua esfera política e econômica.

Segundo Soja (1993), o historicismo que caracterizava as principais obras da geografia de conteúdo marxista até o fim da década de 1980, mantinham a mesma em uma condição marginal “[...] introvertida e fechada em seu casulo, com respeito a construção da teoria social crítica, e tão confinada em definição a geografia histórica, [...] incapaz de se adaptar a reafirmação contemporânea do espaço [...]”. Por outro lado, o marxismo mantém um grande potencial a ser explorado, referente à dialética marxista, assim: “De fato, o encontro longamente adiado entre a Geografia Moderna e o Marxismo Ocidental agora ameaça tornar-se mutuamente transformador.” (SOJA, 1993, p. 59)

Soja mostra admiração às contribuições de pensadores marxistas franceses, em especial, Henri Lefebvre, pela sua capacidade utilização da análise dialética aplicada ao conceito de espaço, na verdade, para Lefebvre o espaço é a principal manifestação das transformações sociais. Pois o espaço possui íntima relação com a práxis (materialização da prática social), incluindo em sua análise elementos que estão além das estruturas, como a subjetividade das relações sociais manifestas nas ideologias contemporâneas articuladas globalmente. (SOJA, 1993)

Soja (1993) aponta que, despertando na geografia novas perspectivas de análises a partir da teoria marxista, conseqüentemente, lhe inserindo neste novo campo social de relações fluídas e intensas, é dever do geógrafo:

[...] desenvolver um novo “mapeamento cognitivo”, uma nova maneira de olhar através dos véus gratuitos do pós modernismo reacionário e do historicismo moderno avançado, para incentivar a criação de uma consciência espacial politizada e de uma práxis espacial radical. (IDEM, 1993, p. 95)

Esta geografia é uma ressignificação indispensável das ciências sociais, favorecendo, constantemente, o exercício de reformulação e atualização de sua base teórica em diálogo com outras perspectivas. De fato, indo para além da análise das estruturas em que Marx se debruçava, na busca constante por emancipar a geografia como uma ciência da sociedade. Neste sentido, a geografia elucidada pelo Materialismo Histórico Dialético se manifesta como

uma saída para a crise do pensamento geográfico que, como bem destaca Harvey (2018), a geografia não saiu de sua crise, na verdade, a adaptação teórica em prol da compreensão à respeito da dinâmica capitalista é infundável, tal como o processo de reconfiguração do capital.

Harvey (2018), mantendo uma postura teórica ortodoxa, se comparado a Soja, ainda é colocado, atualmente, como o maior geógrafo marxista vivo. Este destaca a compreensão das múltiplas formas do capital como um dever da geografia, pois, partindo da premissa que para a efetivação das relações sociais de produção, que ainda se constitui como o motor sinérgico da sociedade atual, é necessário uma base, sendo esta o espaço geográfico. Ou seja, o objeto de estudo da geografia. Contudo, deve-se destacar o valor atribuído, o valor enquanto símbolo, mas que representa poder, sendo o espaço fonte de resistência ou de impulsão ao capitalismo.

Portanto, conclui-se aqui que o materialismo dialético de Marx encontra seu ápice na noção de totalidade e a geografia encontra-se na totalidade marxista a passagem para inserção de seu principal conceito na teoria social crítica. Partindo desta premissa, considera-se que a geografia não superou sua crise epistemológica, ao mesmo tempo que, atualmente, não se encontra integralmente vinculado às bases teóricas positivistas que tanto impediram seu desenvolvimento enquanto ciência social. Assim, a geografia não se encontra falida, mas pode ter estados de falha, desde que ocorra a negação ao movimento social, a dinâmica de apropriação do espaço, ou seja, a negação à dialética.

Este estudo busca compreender um fenômeno sócioespacial específico a transformação sócioespacial da feira-livre de Sumé, sendo este somente compreendido através da análise do processo no qual este fenômeno é um mero resultado, tendo o mesmo como uma consequência da formação social e econômica em concordância com as ordenações do processo de acumulação capitalista de capital. Para tanto, o método dialético será a base para a relação entre as transformações espaciais e as novas redes intersubjetivas, assim como a manutenção do capitalismo por meio da “colonização” das formas espaciais (formas comerciais) pelo novo conjunto técnico, mesmo nas cidades locais, como será abordado nos capítulos seguintes.

2. OS ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ E A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO LOCAL

As atividades comerciais de pequena dimensão, presente nas feiras-livres, entre outras formas comerciais marcadas por seu caráter familiar e pequena inserção de capital, existentes em inúmeras cidades locais interioranas, reunindo práticas e formas comerciais bastante antigas. Apesar do conjunto de transformações sociais ocorridas nos últimos anos, as feiras não perderam completamente o seu caráter tradicional comercial e cultural, abastecendo as classes menos providas de capital com mercadorias e serviços ditos como hegemônicos sob menor valor monetário, além de exercer significativa centralidade entre os municípios interioranos (SANTOS, 2016).

Apesar das feiras-livres serem tidas como espacialidades de cobertura regional, estas formas comerciais ainda privilegiam os fluxos em escala local, reunindo mercadorias, clientes e as especificidades de sua circunvizinhança (SILVA & SILVA, 2016). Caracterizada por constituir-se, enquanto pertencente ao circuito de ondas curtas, como importante elemento para dinamização socioeconômica das pequenas cidades do interior nordestino, tornando-se capazes de estimular a produção local, tal como a modernização técnica.

O pequeno comércio ainda exerce significativa influência econômica e social nas pequenas localidades urbanas. No caso da cidade de Sumé-PB, este ocupa lugar de destaque no centro comercial da cidade, especialmente, através da feira-livre municipal e dos comércios de hortaliças, exercendo considerável influência na formação e (re)formação do espaço urbano, contribuindo para delimitação da área comercial e da valorização do seu urbano próximo a essas áreas intensificadas. Do mesmo modo que leva a bairros mais afastados os serviços de comércio.

A atual dinâmica destas atividades comerciais deve-se também em função da diversificação de atividades, do aumento da competitividade e dos fluxos contínuos de consumo, em virtude do aumento da qualidade de vida no Sertão Nordestino. Este movimento, no qual concentra seu motor sinérgico nas novas formas de consumo, resultou na sobreposição das novas formas de comércio como os supermercados, mercadinhos e lojas de variedades, que comercializam grande parte dos produtos da feira livre. Entretanto, constata-se que o comércio tradicional e a feira-livre desta cidade ainda são numerosos. Tal fato é

comprovado a partir da influência que estas formas tradicionais exercem tanto na economia interna da cidade quanto na dimensão sociocultural dos habitantes do lugar.

De acordo com Vieira (2004), as atividades comerciais tradicionais constituem-se uma prática comercial muito antiga, que garante o suprimento de gêneros alimentícios das cidades nordestinas. Embora compreendido, diante das atuais relações sociais de produção, como modelo comercial ultrapassado, que preserva características medievais, as feiras promovem o desenvolvimento econômico e social, fomentando a economia das pequenas cidades interioranas.

Darolt *et.al.* (2011) destaca que, no seio das atividades do circuito de ondas curtas as relações sociais e a própria comercialização não ocorre de modo formal, mas evidencia-se a relação de solidariedade, ou seja, o sentimento de cooperação e amizade está internalizado nas relações comerciais entre os comerciantes e os seus clientes, geralmente tratados por fregueses³, gerando relações sociais mais próximas.

As atividades comerciais tradicionais absorveram os aspectos sociais e culturais locais, nesta relação dialética o pequeno comércio, especialmente, a feira livre, mostra-se bastante flexível, pois ao mesmo tempo em que influencia seu entorno, ele é influenciado. Nesta perspectiva, as atividades comerciais das pequenas cidades do Nordeste são caracterizadas ainda por Corrêa (2001) pelos seus intensos mercados periódicos, no qual são definidos por ele como:

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformaram em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco e cinco dias, durante o período de safra, ou de acordo com outra periodicidade. (2001, p.50)

O referido autor firma ainda que, fora dos períodos de intenso movimento comercial muitos destes núcleos “voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias” (CORRÊA, 2001, p.50).

Percebe-se que mesmo sendo considerada uma prática comercial antiga, a feira-livre atua na reprodução das novas tendências do mercado estimulando o consumo e gerando renda, sobretudo, aumentando o dinamismo econômico local e a mobilidade social e espacial.

³ Freguês, que é o mesmo que cliente, refere-se a uma denominação popular muito utilizada nos espaços comerciais mais tradicionais. Tal palavra indica maior intimidade/proximidade dos comerciantes locais com as suas clientelas.

No contexto do pequeno comércio do município de Sumé⁴, são perceptíveis essas características visto que segunda-feira é o dia em que a feira é realizada. Neste dia há uma maior movimentação de capital na economia local. É também, neste dia, que evidencia numerosos encontros sociais entre habitantes da comunidade local e de outras localidades interioranas, são encontros aleatórios, promotores de relações sociais não fundamentadas no planejamento e nem na otimização das relações sociais, assim tratando-se de racionalidade social pretérita.

Estas atividades exercem grande influência sob a vida e trabalho dos moradores da cidade e do campo, visto que parte considerável da produção local é destinada a estes pontos de comércio e distribuição, paralelamente, as formas comerciais contemporâneas, em tese, abastecidas através dos circuitos de ondas longas, são sustentadas pelo consumo dos indivíduos envolvidos da produção local. Observando-se sua complementaridade, atualmente, responsável pela sua permanência como hábito intrínseco a maior dos habitantes, mesmo que em contextos de novas modalidades de comércio e consumo, sendo passados de geração para geração, fato que apenas corrobora a relevância destes espaços na atualidade.

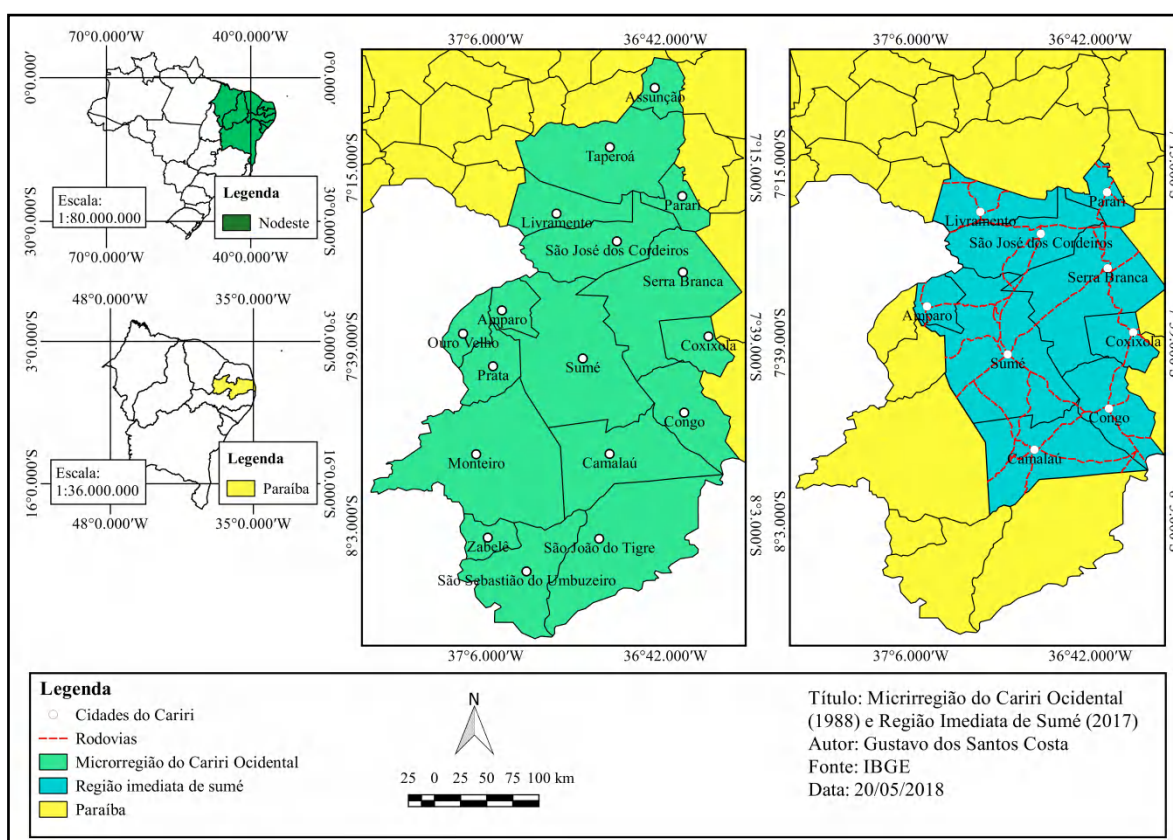
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O município de Sumé encontra-se inserido na Região Intermediária de Campina Grande, no interior da Paraíba, assim como na Região Imediata de Sumé (IBGE, 2017). Esta regionalização tem como principal critério a identificação dos fluxos estruturantes da rede urbana, ou seja, a relação dialética entre as cidades com os seus diferentes portes, cada qual com sua importância e função dentro da dinâmica regional. Consolidando-se enquanto uma tentativa institucional de identificar as localidades mais dinâmicas em termos de fluxos espaciais e, conseqüentemente, com base material mais ampla e diversificada.

De acordo com a clássica divisão do governo federal utilizada pelo IBGE, intitulada As Mesorregiões e Microrregiões (1980), os critérios adotados estavam relacionados com os aspectos agrários de cada unidade estadual da federação em Mesorregiões e Microrregiões. Os aspectos agrários eram compostos por uma série de elementos como o nível técnico, as culturas produzidas, a articulação na comercialização, incluindo os aspectos sociais e as políticas públicas, entre outros elementos.

⁴ O município de Sumé localiza-se na Microrregião do Cariri Ocidental do Estado da Paraíba e está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro. Apresenta uma área geográfica de 838,072 km² e uma população estimada em 16.784 habitantes (IBGE, 2015).

De acordo com a classificação a última classificação supracitada, o município de Sumé encontrava-se inserido na Mesorregião da Borborema e Microrregião do Cariri Ocidental. Sua Mesorregião era marcada pela localização geográfica, encontrava-se sob o Planalto da Borborema, a economia resumia-se a policultura mista e bovinocultura. Entretanto, constituída por realidades sócio-espaciais heterogêneas. Aumentando a escala para a Microrregião do Cariri Ocidental, apresentava-se como a unidade menos povoada da Paraíba, com os menores níveis sociais, distinguido-se economicamente pelo predomínio da caprinocultura sob a bovinocultura. A localização do município de Sumé nas duas regionalizações pode ser vista no mapa 1.



Mapa 1: Configuração da Microrregião do Cariri Ocidental e da Região Imediata de Sumé. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

Observando o mapa anterior, é evidente a forma como a localização geográfica do Município nas duas classificações é estratégica, em virtude de sua centralidade, mantendo proximidades muito semelhantes com todos os municípios circunvizinhos, sobretudo com a presença da malha rodoviária que os interliga, BR 412. Visto que os fluxos em ambas as regionalizações se agruparam ao longo da referida rodovia. Por sua vez, este fato contribuiu para concentração de políticas públicas e de atividades terciárias em seu entorno, pois a cidade era ponto de passagem e pousada para vendedores e viajante que atravessavam o estado da Paraíba.

Tal como apontam Costa e Diniz (2016) e Neco (2010), o fator localização influenciou, diretamente, o surgimento das formas comerciais, pois a cidade de Sumé sempre foi repartida por estradas que ligavam Campina Grande à estação ferroviária de Sertânia e ao Sertão de Pernambuco, utilizada, principalmente, por tropeiros e comerciantes que, por sua vez, pousavam para descansar e estabelecer relações de troca em mercados abertos.

2.2. AS PARTICULARIDADES DA DINÂMICA DO SETOR TERCIÁRIO EM SUMÉ

Sob o relato de Joffily (1988), nas últimas décadas do século XIX, a pequena vila de São Tomé já sediava uma feira livre com comerciantes e produtores de toda sua circunvizinhança, caracterizado como polo de relações de troca, ainda que em seu entorno existissem polos maiores de comércio como a cidade de Alagoa do Monteiro e Serra Branca.

No início do século XX, as relações comerciais passaram a se intensificar, surgindo às primeiras unidades fixas, como pequenas bodegas, lojas de tecidos e assessórios básicos que, na maioria dos casos, ocupavam o mesmo galpão, sendo discriminadas apenas por paredes de compensado – para que os tecidos não absorvessem o cheiro das demais mercadorias. Mas que simultaneamente era complementada por comércios periódicos, responsáveis pelo comércio de mercadorias “raras” ou de menor procura, ofertadas por feirantes ou tropeiros (SILVA, 2011).

Cabe observar que as formas comerciais existentes nessa época se organizavam sob outra lógica, caracterizada pela solidariedade entre os comerciantes e os feirantes, já que se complementavam, não existindo uma competição significativa, ou melhor, não havia o significado da competitividade (em palavras miltonianas) nas relações sociais. Pois cada um tinha sua clientela definida. Com o sucesso da produção de algodão na região até o final da primeira metade do referido século, a feira-livre obteve expansão (como pode ser vista na figura 1).

Ao longo do século XX, principalmente, após a década de 1950 com a emancipação municipal, associada à consolidação de uma economia agrícola produtiva, após a construção do açude municipal e a distribuição de lotes no campo, pertencente ao primeiro projeto de lei. No caso da cidade, ocorreu uma rápida modernização técnica-urbanística, com a expropriação de algumas terras para expansão horizontal da sede Municipal. Diante da lógica higienista da produção do espaço urbano, introduzida na Paraíba pelo prefeito de Campina Grande-PB Vergniaud Wanderley, foi realizado uma espécie de setorização ou zoneamento na qual, foram definidos por zonas, o planejamento da cidade. Identificando as direções para expansão

da malha urbana e a função de cada zona, assim, criando as zonas: residencial, industrial, comercial e o próprio limite da malha para que fossem delimitadas as políticas públicas de saneamento. (SÍLVA, 2011)

Ainda no referido período, fora planejado um largo, para que a BR 412 não passasse pela zona residencial e em seu entorno fora planejado a Avenida 1º de Abril, como pode ser vista na figura 2, havendo a construção da Prefeitura Municipal e do Mercado Público Municipal de Sumé, assim como a distribuição de solo urbano para que os comerciantes se deslocassem de seus antigos estabelecimentos para essa nova área central/comercial.



Transformações sócio espaciais entre as décadas de 1940 e 1970, figura 1: Feira-livre de Sumé na década de 1940; **Figura 2:** O largo da Av. 1º de Abril e a Prefeitura Municipal de Sumé; **Figura 3:** Produção de tomate nos perímetros irrigados e os novos fluxos. **Fonte:** SÍLVA, Sonielson.

Em menos de duas décadas, as atividades comerciais estavam todas estruturadas e concentradas em torno do mercado público, período em que, através das políticas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) fora instalado o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS), após uma nova redistribuição de terras na localidade. De acordo com Mendonça (2010), com a instalação do PIS houve uma reestruturação econômica que ultrapassou os limites dos lotes de irrigação, toda a cidade se voltou para a dinâmica exercida pela produção de Tomate (Como pode ser vista na figura 3), surgindo restaurantes, oficinas mecânicas, borracharias, postos de gasolina e a construção de rodovias asfaltadas. Paralelo ao crescimento econômico, gerado pelos perímetros de irrigação, houve a inserção do automóvel, modificando a lógica das interações sócio-espaciais, conseqüentemente do comércio e do consumo a partir das novas alternativas de mobilidade espacial.

No final da década de 1980, o açude municipal chegou ao nível morto e as irrigações foram interrompidas, mais uma vez trazendo a instabilidade econômica. Contudo, os fluxos gerados pelas irrigações deixaram diversas rugosidades⁵ no espaço urbano, como a

⁵ De acordo com Santos (2001), as transformações socioespaciais que se materializam no espaço, modificando a paisagem e a organização social, por natureza, não são totalizantes, elas deixam marcas do passado, ao mesmo

estruturação do centro comercial e de serviços. Sem dúvidas os capitais gerados foram nos períodos de maior estabilidade foi o pressuposto base para que novas formas comerciais fossem introduzidas, diversificando as atividades terciárias e a economia local.

Em meados dos anos 2000, ainda por princípios higienistas e pela própria competitividade no centro comercial, houve o processo de relocação da feira livre e do mercado público municipal para um bairro residencial. Segundo Neco (2010), a infraestrutura da Feira foi transferida para uma localidade com dificuldades de acesso de caráter residencial explícito, não se apresentando com um local propício ao desenvolvimento das atividades comerciais, logo, despertando a insatisfação da comunidade e, principalmente, dos feirantes.

Em 2009, as atividades do setor terciário ganham novos moldes com a introdução do Centro de Desenvolvimento do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Os impactos gerados por estes dois últimos eventos apresentam-se mais evidentes na realidade dos dias atuais, com influência direta com as observações realizadas em campo, desta forma, serão melhor analisadas no próximo capítulo.

3. A ECONOMIA URBANA DA CIDADE LOCAL

Nos encontramos em uma era marcada pela intensificação da relação global-local, na qual, os impactos dos processos ocorridos em uma macroescala se refletem nas micro-relações cotidianas, tornando impossível realizar uma análise das ações humanas, sem considerar que a subjetividade do homem carrega uma síntese de todas as transformações sociais, políticas e econômicas oriundas desta integração global. Neste sentido, uma porção do espaço, por mais opaca que seja, sintetiza os processos ocorridos na totalidade (SANTOS, 1997).

De acordo com Santos (2004), a economia urbana, devido às desigualdades estruturais, relativas à: investimento, formação técnica, circulação de capital e nível de mão-de obra; se divide em duas, como o mesmo denomina “dois circuitos da economia urbana”, cada qual responsável por sua produção e circulação que, em diversas partes deste processo, dialogam entre si e se complementam. Esta dualidade, sistematizada como circuito superior e circuito inferior.

O primeiro representado pelas corporações comerciais organizadas em rede global, ou empresas de menor dimensão, dispendo com alto nível técnico, dispendo dos novos instrumentos organizacionais, direcionada ao consumo de classes com maior poder aquisitivo. Por outro lado, o segundo circuito se caracterizam pelos baixos fluxos de capital, pela sua estrutura organizacional ultrapassada, diante do atual contexto, apropriando-se de muita mão-de-obra, ligado ao consumo das classes menos abastadas. Por natureza, marginalizadas.⁶ (SANTOS, 2004)

Assim, o que anteriormente se concebia pela relação recíproca dos antagônicos, *Cidade e Campo*, se transforma, surgindo novos processos que rompem estas dicotomias, hibridizando o que se compreende como inovação com as permanências locais, trazendo consigo a necessidade de repensar a análise espacial mediante uma dialética entre os processos internos e externos, tal como o passado e o presente. Assim, concebendo o espaço

⁶ Apesar da importância desta teoria, lançado por Milton Santos, este estudo não pretende desenvolvê-la, devido sua própria estrutura teórico-conceitual. Entretanto, a dialética entre os dois circuitos, compreendidos como dois conjuntos de relações sociais, de caráter social bem distintos, está embutida nas discussões aqui tratadas. Ver mais em: SANTOS, Milton. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: edusp, 2004.

presente como um recorte temporal que dilui em si diversos outros períodos passados, bem como recebe influência simultânea de outros recortes espaciais com temporalidades distintas, reproduzindo assim, uma condição espacial heterogênea, multiplicando os fatores condicionantes da atualidade na própria reconstrução humana do espaço (SANTOS, 1988).

Nesta perspectiva, é possível observar que as feiras-livres se constituem com uma das formas de comércio mais antigas da história humana. Inicialmente, resumia-se à simples relações de troca entre excedentes de produção pelos próprios produtores - o escambo. Não detendo uma organização socialmente regulamentada, muito menos, espaços específicos, constituindo como eventos periódicos que, por sua vez, ocorriam em determinadas épocas do ano, especificamente, após os períodos de maior densidade pluviométrica quando ocorriam as colheitas.

No entanto, com o aprimoramento das técnicas de produção agrícola, das organizações sociais e das necessidades de consumo, ainda no feudalismo, surge e se consolidam as feiras, tal como são no período atual. Entretanto, é a partir da expansão do modo de produção capitalista, com o advento da urbanização, que os espaços destinados às relações comerciais ganharam maior importância, racionalizando suas formas, se desenvolvendo sob outras lógicas de mercado e de acumulação- migrando da acumulação primitiva para capitalista e, posteriormente, flexível (PINTAUDI, 1999).

Em parte, as feiras ainda carregam um certo “primitivismo” em suas formas espaciais que, pode ser visto nitidamente em sua dinâmica: desde a organização – a instalação das armações- até as relações sociais entre os sujeitos – os feirantes e os fregueses. Porém, há um processo de fundição entre os arquétipos das feiras e as atuais tendências autoritárias do mercado, como as técnicas de vendas e as novas formas de crédito. Sendo através destes novos fluxos de capitais, nos referidos institutos, que os mesmos se inseriram na dinâmica capitalista atual, ressignificando suas espacialidades e, conseqüentemente, seu conteúdo, assim, dando novo caráter as feiras-livre na contemporaneidade (SANTOS, 2016).

Tratando das feiras no Nordeste brasileiro, temos como referência mais antiga as feiras de algumas vilas próximas ao litoral, ainda nos primeiros séculos do Brasil Colônia, como: a feira de gado no sítio Capoame, na Bahia. A feira da freguesia da Mata de São João, da Vila de Nazareth, de Feira de Santana, entre outras. Como aponta Dantas (2009), estas feiras, em seu conteúdo, refletiam os próprios meios de produção locais da época e da especificidade de cada localidade.

Cabe salientar que os recursos técnicos (tecnoesfera) eram escassos, mas suficientes para uma maior integração entre os pequenos aglomerados que marcam o início da ocupação do território, sendo fundamental para a sobrevivência destas localidades, pois as importações eram restritas a poucos. Todavia, com a ocupação do interior do território brasileiro e a inserção do país na economia global que, ocorre de modo mais autônomo só em meados do século XX, ocorreram grandes ressignificações na dinâmica das feiras para os maiores, entretanto, continuaram sendo valorizadas nas economias locais e regionais.

Sendo assim, a Geografia, tal como as demais ciências humanas e a filosofia devem investigar as transformações supracitadas, projetando-se para além do campo material, cuja objetivo partir da análise das novas simbologias (valores) e da nova lógica de mercado (racionalidade capitalista), agora integrada em escala nacional e supranacional. Associada às velhas práticas sociais, que se encontram imbricadas na cultura popular – como é o caso das feiras-livres no Nordeste brasileiro -, o atual conjunto de valores resulta em novos hábitos e, conseqüentemente, novas espacialidades e formas espaciais que, gradativamente, estão transformando a estrutura pré-existente nas mais diversas escalas.

3.1. ESPAÇO, COMÉRCIO E FORMAS ESPACIAIS

O conceito de espaço, assim como, a categoria de análise, são fundamentais para a sistematização e compreensão dos fenômenos e processos ocorridos no espaço geográfico, este último compreendido como o pressuposto base para realização dos fenômenos sociais e naturais. Assim, seu aprimoramento possibilita estudos, investigações e análises mais próximas da realidade concreta. Contudo, o conceito de espaço na Geografia nunca foi estático, pelo contrário, passou por diversas transformações acompanhando a evoluções do pensamento científico e geográfico no contexto global – Europeu/Ocidental. Porém, as maiores contribuições e transformações se deram no último século.

Segundo Moraes (1998), até a metade do século XX, os profissionais da geografia e o próprio pensamento geográfico estavam submetidos às determinações e intencionalidades do Estado-nação, constituindo-se como instrumento político e técnico do mesmo. Desse modo, mesmo com algumas alterações metodológicas ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, poucos foram os pensadores e as correntes que buscaram romper com as intencionalidades e parcialidades de seus estudos, estando presentes de forma mais evidente na geografia clássica e em correntes positivistas e neo-positivistas, à vista disso, distanciaram-

se da realidade e da reflexão sobre os eventos ocorridos no espaço, produzindo equívocos e más interpretações.

A Geografia Crítica, salvo as diversas ressalvas necessárias, apresentou avanços à ciência geográfica, dando-lhe habilidade explicativa, mediante a inserção do método materialismo-histórico-dialético defendido pelos pensadores marxistas. Assim, projetou-se para identificação e análise de questões sociais decorrentes do modo de produção capitalista. Diferenciando-se pela introdução do conceito de espaço na teoria social crítica. Para tanto, ressignificou a compreensão do espaço geográfico dando a ele o caráter temporal – historicista-, fundamentando as críticas referente a estrutura do Estado e ao papel da burguesia na intensificação das disparidades sociais.

Esta corrente perpassou por diversas transformações, tendo sua mutação como um processo dialético, do qual rompeu com diversas limitações e, simultaneamente, conservou e inseriu diversas outras, como o pragmatismo e a fragmentação do seu pensamento. Por outro lado, é vista aqui como a mais adequada para compreender os novos eventos desenvolvidos nas e pelas feiras-livres do interior nordestino, tanto pelo método como pela sua contribuição à renovação dos conceitos aqui tratados.

De acordo com Harvey (2005, p. 24), após a expansão do modo de produção capitalista, a produção do espaço ganha novos moldes, resultantes das contradições embutidas nesta nova lógica de acumulação, atualmente neoliberal, sustentando-se, cada vez mais, na “concentração dos lucros e na socialização dos riscos”, materializados na divisão espacial do trabalho. Segundo Moreira (1982), em um mundo integrado pelo capitalismo, o espaço geográfico torna-se uma massa de manobra a ser manipulada conforme interesses de pequenos grupos, não obstante hegemônicos, se transformando no maior dos obstáculos da geografia e da análise geográfica na atualidade.

Nesta perspectiva, como pensar as relações comerciais? Ou melhor, como pensar o comércio tradicional e suas espacialidades (influências regionais) em uma sociedade sob um espaço geográfico ditado pelas normas globais do capital? Segundo Santos (1997), as ações autoritárias são hegemônicas e heterogêneas. Entretanto, em sua natureza, seguem uma racionalidade, na qual impõe constantemente transformações, estas, por sua vez, resultam na justaposição das formas espaciais que ofereçam alguma resistência.

Segundo Lefebvre (2001) o espaço é o pressuposto base para a reprodução das relações de produção na sociedade contemporânea, destacando que as transformações

realizadas no espaço geográfico, a partir do uso, são compostas por símbolos e intencionalidades do modo de produção capitalista, no qual, acima de tudo, contribuem para a reprodução dessas intencionalidades. Em síntese, as ações cotidianas, como o trabalho, simples ou complexo, reproduzem as estratégias capitalistas, dessa forma, a produção do espaço tida como uso cotidiano das formas espaciais carregam consigo a hegemonia e os interesses do capital.

De acordo com Diniz (2011, p. 20), “[...] reunidas na cidade (os valores de consumo mínimos para a existência dos mercadores) somadas aos avanços técnicos dos sistemas de comunicação e transportes, impulsionaram o crescimento das transações comerciais numa escala ainda maior [...], pois o mercado deixa de ser apenas uma prática local”. Assim, o comércio desenvolve formas espaciais que contribuem indispensavelmente para a economia da pequena cidade e até determinam a dinâmica da mesma através das formas de trabalho que o mesmo desencadeia.

Segundo Corrêa (2010, p. 35-44), o espaço assim como as formas espaciais, são produzidos através das práticas espaciais, tais práticas são definidas por ele como “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações”. Todavia, elas são resultantes da “[...] consciência que os [sujeitos] tem da diferenciação espacial”, por sua vez, culturalmente construída. O referido autor destaca a reprodução da produção regional como um dos principais elementos da prática espacial, tanto uma reprodução de valores quanto a reprodução das técnicas, dos meios de produção e da circulação regional destes capitais.

A partir das contribuições vistas acima, percebemos que são a partir das relações de trabalho que se desenvolvem as modificações no espaço. Atualmente, podemos apontar outras atividades que possam surtir efeitos semelhantes além do trabalho como: o lazer e o consumo do espaço, entretanto, não são tão significativos quanto. Portanto, nesse momento nos deteremos a concepção de trabalho como principal meio de transformação e funcionalidade dos espaços. Nesta mesma perspectiva, Santos aponta que:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho”. (SANTOS, 1988, p. 10)

As formas comerciais, [assim como a produção espacial] são antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas, ao mesmo tempo, ensejam

relações sociais (PINTAUDI, 1999). A mesma aponta que as formas espaciais não são ações, mesmo que em locais independentes ou isolados. Sendo assim, nota-se que no caso da produção espacial através das feiras-livres, a reprodução dos valores e elementos regionais ainda é uma forte característica de sua dinâmica. Resultando, além de uma integração econômica e mercantil, a (re)produção dos patrimônios culturais materiais e imateriais, por vez, princípio de sua caracterização, singularizando sua dinâmica comercial e suas formas espaciais, distinguindo-se, assim, das demais formas comerciais.

Contudo, não podemos esquecer o fenômeno da metropolização que, de acordo com alguns pensadores como João Rua, extrapola a hierarquia urbana convencional. Tal fenômeno implica na universalização de valores. De acordo com Hissa (2009), os valores são a única coisa que efetivamente podem alcançar a totalidade, todavia, nenhum processo ou fenômeno alcança um espaço por completo. O processo de metropolização cultural, econômico e mercantil, gera a reprodução dos valores hegemônicos embutidos no fetichismo das mercadorias, um dos responsáveis pelo intenso hibridismo entre os valores hegemônicos e os valores locais/regionais; materializando-se nas relações sociais, conseqüentemente, nas formas espaciais.

3.2. O CENTRO COMERCIAL NA CIDADE LOCAL

De acordo com Pintaudi (1999), as formas comerciais, em sua essência, não possuem uma padronização, muito menos uma única forma. Sua formação está atrelada a influências oriundas de diversas escalas, desde globais até locais, como as novas tendências, até os hábitos cotidianos da localidade e o próprio sítio urbano. Assim, a espacialização das atividades terciárias, terão múltiplas faces, resultantes deste diálogo entre diversos processos, eventos e racionalidades que particularizam a produção espacial na contemporaneidade.

Contudo, cabe observar que, regionalmente, identifica-se a existência de alguns elementos em comum, como o processo de ocupação, a configuração espacial da economia, a cultura predominante e a base material que, por sua vez, irão resultar em formações espaciais urbanas com diversas características semelhantes. Além de que, atualmente, deve-se levar em consideração as novas tendências, tidas como hegemônicas na reprodução dos ideais “globais” no arranjo espacial local.

Recortando a discussão para o referido objeto de estudo, historicamente, a dinâmica comercial e econômica das pequenas cidades do Nordeste brasileiro foram caracterizadas pelas relação campo-cidade, mas que tinham sua maior manifestação nas cidades a partir das

feiras livres (DANTAS, 2008). Estas formas periódicas de comércio ocorriam, em sua maioria, uma vez por semana, sendo responsável pelo abastecimento de acessórios e alimentos básicos e, pelo escoamento da produção da local.

Tal como aponta Diniz (2011), o centro e as ruas comerciais do interior nordestino tem sua gênese associada à dinâmica espacial das feiras, logo os espaços (ruas, avenidas e construções) onde havia a instalações temporárias das feiras-livres tinham seu entorno influenciados, assim absorvendo o caráter comercial. Especializando-se no setor de comércios e serviços, nas referidas cidades, as ruas comerciais surgiram, majoritariamente, por influência das feiras-livres.

Esta perspectiva possibilita analisar a (re)formação do arranjo espacial a partir da influência de um elemento ou de um conjunto de elementos com maior destaque, neste caso a feira e todo seu conjunto de objetos e práticas, majoritariamente mediatizados pelas relações de poder exercidas pelo monumentalismo das arquiteturas e pelos fluxos de capitais. Este processo de produção e reprodução espacial caracterizada pela influência direta de um elemento ou conjunto de elementos inseridos no arranjo espacial, é conceituado por Harvey (1980), de efeito-exterior.

Desse modo, é possível perceber que em virtude da existência destes elementos, destacando, inicialmente, a feira-livre, formam-se as ruas comerciais que, por sua vez, reproduzem o mesmo processo que se materializa na formação dos pequenos centros comerciais, por muito tempo, sendo fundamentais para existência das feiras, mantendo uma relação dialética entre os mesmos. Portanto, cabe considerar as possíveis substituições, conflitos e cooperações, oriundas desta relação.

As ruas comerciais e o próprio centro comercial são o pressuposto base para a tecnização das pequenas cidades e sua inserção na atual lógica de produção capitalista, são a partir destes que se instalam os bancos, os supermercados/mercados, as lojas especializadas, e as construções de arquitetura moderna. Todavia, sua hegemonia não é imediata, na verdade ela é resultante de um lento processo de racionalização das pequenas cidades, alterando sua relação com as formas de comércio tradicionais, como as feiras livres e o pequeno comércio, apesar do incessante processo de imitação e (re)produção das formas espaciais, estas formas mantém diversas características inerentes as pequenas cidades, distinguindo dos modelos hegemônicos de ruas comerciais.

3.3. A CENTRALIDADE DO COMÉRCIO NA CIDADE LOCAL

O interior do Nordeste brasileiro, até as últimas quatro décadas era composto por pequenos pontos de aglomeração ou localidades centrais que ofereciam uma considerável centralidade, assim eram tidos como verdadeiros “corações” para o seu entorno em virtude da concentração de comércios e serviços. Sendo fundamentais para o desenvolvimento regional, a partir das funções que eram dadas as referidas localidades circunvizinhas. No entanto, o setor terciário se resumia aos comércios de pequena dimensão, como as bodegas que vendiam alguns poucos utensílios e mercadorias do gênero alimentício, e os serviços não perpassavam da prestação de alguns poucos serviços básicos como ferreiros, marceneiros e sapateiros. Seu arranjo espacial era reflexo do próprio contexto local/regional, caracterizado pelo baixo nível técnico.

Assim como aponta Diniz (2011), o pequeno comércio e suas espacialidades não são responsáveis apenas por inserir funções a pequenas localidades, mas por terem sido fundamentais para o surgimento destes aglomerados.

A bodega, comércio típico da região Nordeste do Brasil, constitui um objeto do pequeno comércio muito antigo na história de várias cidades, povoados, comunidades rurais, sítios da região nordestina, este remonta desde a origem de muitos povoados que iam surgindo e se formando ao longo das estradas [...] (DINIZ, 2011, p.15).

Contextualizando as considerações anteriores, a própria Vila de São Tomé⁷, surgiu assim como diversas outras cidades do Nordeste, através da prestação de alguns serviços e do comércio de poucas mercadorias do gênero alimentício. Contudo, houve também a contribuição da própria localização geográfica da cidade que até os dias atuais destaca o município. Em virtude da ausência de infraestrutura: vias de acesso e consolidação distribuição da produção local, a Feira livre de Sumé assumiu grande importância para a economia e para o abastecimento das necessidades de consumo da população local.

As bodegas, como formas espaciais fixas, apenas comercializavam as mercadorias mais simples que, por sua vez, eram mais populares e possuíam maior demanda. As mercadorias mais sofisticadas eram encontradas apenas nos dias de feira, assim como os excedentes da produção local. Conforme aponta Diniz (2011), as feiras, espaços de trocas, do livre comércio, das praças de escambos, reuniam diversos negócios e concentravam grande

⁷ A antiga vila de São Tomé, foi a aglomeração que atualmente compreende-se pelos Municípios de Sumé, o nome da vila foi alterado ainda na década de 1940. Encontrar mais informações In: Silva, S. J. Das coisas que me precederam...: Histórias da cidade de Sumé. João Pessoa: EDUFPB, 2011.

parte da produção regional, realizando assim o abastecimento das populações que viviam nos povoados, vilas e campos.

Diniz (2011) traz para reflexão a importância do pequeno comércio para as pequenas cidades do interior, no qual, elas atuaram de forma mais abrangente e duradoura, articulando pequenas regiões que eram constituídas por uma localidade central, relativamente maior, cercado por pequenas vilas e pela zona rural das cidades circunvizinhas. Tornando-se elemento fundamental para compreender a dinâmica e o desenvolvimento das cidades do interior nordestino.

As pequenas cidades do Nordeste brasileiro são constituídas de diversos processos e fenômenos particulares, sendo caracterizada, principalmente, pela relação cidade-campo e pela dependência aos aposentados e pensionistas (ANDRADE, 2011). De acordo com a mesma, este tipo de cidade ainda é carente de estudos e pesquisas, tornando-se uma alternativa um pouco audaciosa de investigação, em virtude da falta de informação e até de métodos mais adequados.

Diante destas considerações chega-se a um ponto importante, é a partir da relação econômica entre os meios de produção situados na zona rural e a concentração do setor terciário, exclusivamente, na área urbana que irão nortear a compreensão das mesmas, pois estão dialeticamente imbricados, formando uma totalidade a partir da interação entre a cidade e o campo. Contudo, é necessário compreender a subordinação do primeiro ao segundo que tanto é ressaltada por Lefebvre (1999).

Por outro lado, conforme já foi exposto nos tópicos anteriores, o atual momento no qual estamos inseridos é caracterizado pela integração mundial, onde todas as porções da terra estão conectadas através dos recursos do meio “técnico-científico-informacional”⁸. Segundo Santos (2000), o atual momento em que vivemos é único, pois até então nunca havíamos neste planeta chegado tão próximos da consolidação de uma “aldeia global”⁹, marcada por uma nova consciência.

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a

⁸ O termo refere-se à definição do atual contexto de globalização das técnicas em virtude da circulação mais rápida de informação. Mais informações In: SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁹ A ideia da existência de uma aldeia-global é discordada por Milton Santos, em virtude dos espaços que ainda não reproduziram a lógica da globalização.

unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (SANTOS, 2000, p. 24)

Por sua vez, as cidades serão os principais espaços a reproduzir a lógica das políticas de mercado que sustentam a Globalização, sendo assim, as ressignificações dos valores urbanos possuem grande influência na dinâmica da totalidade. As pequenas localidades não conseguem fugir das atuais normas do mercado, assim reproduzindo parte dos processos que outrora ocorreram apenas nas esferas de maior dimensão, no entanto, sob outras morfologias menos interessantes para o bem-estar da população. Um desses processos é a ressignificação dos Centros urbanos e a submissão desses espaços aos processos hegemônicos, implicando em “homogeneizações”. Referindo a reprodução de uma tendência, contudo não produz igualdades, pelo contrário, diferencia ainda mais o arranjo espacial.

Segundo Lefebvre (2001), o espaço urbano não passa de uma produção simbólica, a cidade existe materialmente, porém, apenas como um pressuposto para existência do espaço enquanto ideologia, referindo-se há uma relação dialética entre o material e o imaterial, um necessita do outro para existir. Conforme o mesmo aponta, essa ideologia já faz parte da consciência do homem moderno/homem urbano – mesmo que não esteja nas áreas urbanas. Portanto, se encontra em todas as localidades, mas não de modo totalizante, e sim predominante.

As cidades interioranas eram compreendidas como os corações das pequenas regiões de influência, em virtude do processo de urbanização nesse caso caracterizado pelo êxodo rural e pelo retorno de imigrantes. As novas práticas espaciais implicaram na seletividade dos espaços urbanos, dessa forma, o todo deixa de ser o foco, assim apenas os espaços selecionados que se tornam interessantes. Por sua vez, estes espaços estão situados nos centros urbanos -as áreas comerciais- onde encontram-se bancos, casas lotéricas, cartórios, supermercados, farmácias, clínicas médicas entre outros, bem como os serviços públicos como correios, prefeituras, hospitais, postos de saúde e igrejas.

De acordo com Harvey (1980), a cidade, independente do seu tamanho, irá incorporar e reproduzir os fenômenos ocorridos em maiores escalas, em virtude da lógica da reprodução de Capital e da extração da mais-valia. Assim, a partir da distribuição dos meios e das etapas de produção internos ou externos a cidade, criam-se desigualdades no acesso, na forma e no consumo do espaço urbano.

Lemos (1992), chama a atenção para os centros comerciais tratando-os como super-espacos, em decorrência da grande concentração de elementos, que dão vida e funcionalidade as cidades, em um curto espaço-tempo. Compreendendo esse fenômeno urbano na perspectiva de Lefebvre (2001) como compressão espaço-tempo, mas sua consideração busca ir além da concentração material das funções, pois os centros urbanos possuem, em especial, a concentração dos símbolos, significados e espacialidades.

Tal concentração está associada à centralização dos dispositivos finais do processo de extração da mais-valia (o setor terciário) que, no que lhe concerne, não deixa de apresentar as contradições do capital, a realidade dos territórios marginalizados.

Em meio a esse ambiente, hoje, heterogêneo, contraditório e competitivo, se encontram as feiras-livres que, ocorrem, em sua maioria, uma vez por semana estabelecendo a cada evento uma nova dinâmica para a cidade. As feiras-livres ainda são o principal meio de integração entre a população e a produção local, no caso de Sumé, majoritariamente agrícola, mas que ainda integra não só a produção como também a população, aumentando o fluxo não só de mercadorias como também de pessoas. No entanto, as feiras, assim como os centros comerciais das pequenas cidades, estão perpassando por intensas ressignificações.

As espacialidades heterogêneas das áreas comerciais fazem parte da própria natureza do comércio no modo de produção capitalista, pois buscando intensificar a concentração do setor terciário e de serviços, os centros urbanos adotaram “a regra absoluta, [que era] a de atrair o máximo de clientes, os de maior rendimento possível, e vender-lhes o máximo” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 211), assumindo, assim, todas as contradições inerentes ao processo de centralização. Desse modo, surgiram diversas inovações que procuravam estimular o consumo e os fluxos nessas áreas, assim desenvolvendo, gradativamente, a saturação e, conseqüentemente, a ressignificação dos centros comerciais.

Por outro lado, a saturação dos centros comerciais, contradição das próprias imposições do modo de produção capitalista, estão surgindo para justificar novas exclusões e os novos processos de higienização das cidades. Assim, atualmente, em espacial, os espaços públicos estão sendo submetidos à nova lógica de mercado e se tornando espaços destinados apenas para a contemplação do consumo, dentro dos novos moldes do consumo.

Entretanto, ao contrário do que se pensa, nenhum processo ou fenômeno é totalizante, havendo ilhas de resistência - ou “territorialidades de resistência”-, tal como as atividades comerciais tradicionais. Assim, observamos a existência de um novo hibridismo

cultural¹⁰, no qual, se materializa na paisagem urbana, porém, não implicam extinção dos valores tradicionais, pelo contrário, podem até fortalecer, mas sem dúvida se fundirão surgindo novas-velhas espacialidades.

Buscando dialogar com os inúmeros processos que atuam nas pequenas cidades e nas paisagens dos centros urbanos e das feiras-livres, enfatizamos o trabalho como o principal elemento. Portanto, como nos mostra Santos (1988), o trabalho é o principal, se não o único, mecanismo de transformação do espaço que, por sua vez, está inserido de diversas formas no espaço, neste sentido (SANTOS, 1988, p. 26) aponta que:

O movimento das pessoas corresponde à etapa da produção que está se dando naquele momento. Todos são produtores – o operário, o artista de teatro, o vendedor de supermercado, o intelectual, o motorista de táxi etc., mesmo quem não está diretamente no processo de produção, já que também consome. É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá um aspecto à paisagem. O trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social).

O trabalho acumulado ou morto vem a ser o que o próprio Milton Santos chama de Fixos e o trabalho vivo são os fluxos. O primeiro corresponde ao que já existe de material no espaço, construído e consolidado, por outro lado, os fluxos são o movimento e a circulação de mercadorias, capitais e pessoas dando funcionalidade aos fixos, que por si só não passariam de rugosidades sem função.

Os centros comerciais são compostos por estes fixos, mas só ganham expressões através dos diferentes modos de circulação de capital, nas pequenas cidades podemos observar que esta circulação se intensifica nos dias de feira, possibilitando o surgimento de novos fixos e transformando as velhas rugosidades.

¹⁰ O termo faz referência à ideia de que as culturas não estão se dissolvendo com a globalização, pelo contrário, se fortalecem ao mesmo tempo em que se fundem com outras novas. Mais informações In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (Orgs.). **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**. Salvador: EDUFBA, 2012.

4. A RACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA CIDADE LOCAL

No atual momento histórico, inédito pelo desenvolvimento técnico, pelas possibilidades de comunicação e pela competitividade sistêmica, caracterizando as relações comerciais nas pequenas cidades pela inserção de uma nova lógica de consumo: o consumo de massa. Segundo Salgueiro e Cachinho (2009), o consumo de massa teve algumas amostras locais em outras temporalidades e com localizações bem focais. No entanto, o início de sua concretização só foi possível após a Segunda Guerra Mundial que conduziu uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), complementada após a década de 1970 pelos processos de descentralização das indústrias e das modalidades modernas de consumo de produtos duráveis e não duráveis.

Neste contexto, tal como aponta Santos (2016), a feira-livre e o comércio de pequena dimensão buscam se adaptar as novas exigências de consumo, posta pela nova configuração do capital. Assim desenvolvendo um processo de reprodução da racionalidade capitalista a partir da imitação das formas comerciais, podendo identificar severas transformações na paisagem, mas que não significam mudanças nas relações interpessoais dos agentes sociais envolvidos.

As feiras-livres do Nordeste Brasileiro são caracterizadas pelo seu caráter local/regional, apesar de perpassarem por consideráveis transformações mediante especialização, como o caso das feiras de confecções espalhadas por toda a região Nordeste. Desse modo, tendo grande participação na construção da imagem ontológica do sujeito nordestino e da cultura regional, por outro lado, esta modalidade comercial fora responsável pela dinamização econômica e espacial do vasto interior nordestino, durante os últimos séculos.

De acordo com Moreira e Targino (1997), desde o início da ocupação do interior Nordestino até a metade do século XX, a dinamização espacial do interior era, em quase sua totalidade, agrária. Mantida pela produção de bens do setor alimentício, como milho, feijão e a criação de animais. Marcada pelo uso de técnicas rudimentares e pela fragilidade econômica decorrente dos períodos de estiagem. É, justamente, durante esta configuração espacial que o fenômeno das feiras se expande por toda a região, consolidando-se como principal instrumento para o abastecimento destas populações e o escoamento de seus excedentes de produção.

Segundo Pintaudi (2006), as feiras livres têm sua gênese associada as sociedades agrárias, nas quais o fenômeno da urbanização era bastante raro e havia dificuldades no abastecimento das cidades. Assim a maior parte das localidades eram abastecidas por mercados públicos temporários, e os raros mercados permanentes concentravam-se nos centros de grande proporção. No entanto, as feiras livres perduram até os dias atuais. De acordo com a autora “isto certamente se deve ao fato de poderem dialogar com outras formas comerciais mais modernas” (PINTAUDI, 2006, p. 3).

Na contemporaneidade, o arranjo espacial aponta outros desdobramentos, partindo do fato que a maior parte da população vive em cidades, ocupando-se com atividades econômicas de produção e comercialização de bens duráveis dos quais os mesmos não tem acesso, assim desenvolvendo maiores necessidades de consumo. Tal como aponta Salgueiro e Cachinho (2009, p. 8), “A instalação de grandes superfícies comerciais contribuiu, por sua vez, para alterações nos hábitos de compras e uma outra organização urbana [...]”. A existência de um movimento dialético entre os hábitos cotidianos e o espaço urbano, emergindo a cultura ora como fator e ora como consequência, traz para reflexão o papel das formas espaciais como mecanismos de reprodução das relações de produção.

Todavia, a atual racionalidade que estrutura as novas formas comerciais busca fazer uma inversão da lógica das relações sociais, substituindo o valor de cooperação pelo de competitividade, tendo a paisagem como o principal instrumento coercitivo. Bem como aponta Diniz (2011), o surgimento dos centros urbanos e das ruas comerciais das cidades nordestinas estão associados a existência das feiras livres e do pequeno comércio, contudo, através do surgimento das formas comerciais de maior dimensão como os supermercados, os complexos de lojas e os shoppings centers, fortalecidos pelo atual conjunto técnico, as atividades comerciais tradicionais perdem sua predominância e passam a ter um papel secundário, servindo como espaço de *consumos complementares* que, devido á mudanças configuração espacial dos centros e o surgimento dos sub-centros de bairros, passam a competir pelas classes populares.

4.1. A INSERÇÃO DA PEQUENA CIDADE NA DINÂMICA CAPITALISTA

Deve-se partir do pressuposto que as formas espaciais nunca estarão concluídas, seu motor sinérgico são as próprias relações sociais e o uso destes espaços. Desse modo, a dinâmica espacial de um determinado recorte espacial está, intrinsecamente, relacionada com os elementos inseridos no determinado arranjo. A base técnica e a racionalidade dos objetos

presentes influenciarão, diretamente, o surgimento de novos, bem como sua percepção pelo senso coletivo.

Nesta perspectiva, Santos (1988), compreende a dinâmica espacial como um processo resultante da interação entre os fixos, todos aqueles elementos que compõem o arranjo espacial e estão fixados no espaço, e os fluxos, referindo-se aos movimentos gerados pela atração do primeiro e pela própria organização sócioespacial, ora como condição para existência dos fixos e ora para como produto dos mesmos. Sendo assim, “Tudo isso, junto, é o espaço” (SANTOS, 1988, p. 77).

Na compreensão da realidade espacial e suas diversas dinâmicas, Harvey (1980) chama a atenção para papel do processo de alocação e relocação dos elementos materiais existentes no espaço. O autor parte do pressuposto que todo e qualquer elemento material inserido ou retirado do arranjo espacial exerce uma influência direta na dinâmica local/regional. Acrescenta ainda que esta relação, associada a alocação e redistribuição dos mecanismos responsáveis pela dinâmica das relações de produção, está intrinsecamente atrelada a distribuição de renda e a desenvolvimento socioeconômico. Conceituando-o como indispensável para a compreensão da organização sócioespacial, já que pode ser compreendido como um mecanismo oculto de distribuição de renda.

Por sua vez, a natureza do arranjo espacial urbano é dependente destes mecanismos para manter sua função social, sendo a partir destes objetos que a cidade se forma, se reforma e sedia as relações produção. Seguindo esta análise, Santos (1997, p. 39) irá definir o conceito de espaço como sendo “[...] um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, [...] como o quadro único no qual a história se dá”. Possibilitando assim associar o arranjo espacial com as ações humanas que, inerentemente, constituem-se enquanto única fonte sinérgica.

Por outro lado, a relação dialética entre materialidade e abstração que compõem as formas espaciais apresenta-se com maior nitidez mediante a visualização e percepção da paisagem. Categoria analítica responsável por abarcar o armazenamento de informações geradas pelos sensores humanos em decorrência do contato com a realidade espacial. Apresentando enquanto principal veículo de manipulação das massas.

De acordo com Lefêbvre (1999), a paisagem é compreendida enquanto instrumento passível de manipulação e de uso estratégico, já que sua materialidade é composta, antes de tudo por uma ideologia e, sua visualização, aparentemente passiva, implica na reprodução ideológica.

Lefebvre (2001), compreende o arranjo espacial da cidade como um livro, contendo textos de diversas temporalidades, escritos simultaneamente por inúmeros autores distintos e sem uma ordenação lógica, produzindo formas espaciais nesse mesmo sentido. Contudo, apesar de aparentar uma certa aleatoriedade, sua produção e reprodução seguem uma racionalidade e um conjunto de intenções, hoje caracterizada pela busca, incessante, de mais-valia e acumulação de capital, entretanto, ao longo da história das cidades existiram outras. Nesta concepção, a funcionalidade e a fluidez não são mais os cartões postais da cidade a atenção é voltada, principalmente, para paisagem.

A paisagem é composta por um conjunto de formas espaciais, estes produzidos e reproduzidas a partir das relações sociais, assim pode-se observar a paisagem como resultado das relações sociais cotidianas. Entretanto, cabe acrescentar que as relações sociais na contemporaneidade, em parte, são condicionadas por interesses hegemônicos, explicitamente através do *consumo dirigido*, assim como do fenômeno das *paisagens planejadas* ou artificiais, como os monumentos que, decorrente de sua imposição visual, apresenta um discurso predefinido e muitas vezes incoerente com a realidade sócio-espacial local. Sendo a incoerência das paisagens planejadas a maior característica da inserção da cidade na dinâmica capitalista.

Por sua vez, estes elementos materiais apresentam influências na dinâmica espacial a partir dos impactos gerados ao seu entorno, principalmente, enquanto mecanismos ocultos para redistribuição de renda. Estes elementos podem ser coerentes e incoerentes com a dinâmica espacial local, da mesma forma que podem agravar ou reduzir as fragilidades socioespaciais existentes. Estes impactos devem ser medidos pelo próprio planejamento urbano, já que a manipulação da dinâmica urbana é interesse de diversos grupos sociais preocupados ou não com a justiça social.

Cabe destacar que estes interesses se concentram em alguns pontos das cidades, já que a cidade é composta por múltiplas realidades. Mantendo o foco para o centro da cidade, onde se concentra as atividades terciárias, constituindo-se como “[...] o elemento que assegura a própria unidade de estrutura urbana. Sem o centro, a cidade evaporaria.” (VILLAÇA, 2012, p. 91). Dessa forma, independente, do tamanho, da localização e da própria organização espacial, o centro da cidade exerce influência direta na dinâmica e existência de uma localidade urbana, tornando-se alvo de diversos grupos e constituindo-se com um real campo de conflitos.

4.2. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO SISTEMA URBANO

No caso do centro das pequenas cidades, que também se emerge enquanto centros de comércio concentra-se, em quase sua totalidade, todos os instrumentos básicos para o funcionamento da estrutura urbana, como prefeitura, hospitais, clínicas, correios, escolas, praças, bem como os mecanismos mínimos para a reprodução das relações de produção, empresas, consultores, bancos entre outros.

Contudo, nem sempre os centros urbanos destas cidades foram assim e nem para sempre serão tal como atualmente, a principal característica dos centros é sua capacidade de fluidez, gerado pela própria instabilidade ou necessidade de transformação que a violência da competitividade impõe pela capacidade de atualização do espaço aos novos moldes do capitalismo.

Estas espacialidades se caracterizam pelo seu recente passado predominantemente agrário e pela imposição de transformações em curto prazo de tempo, levando há um processo hibridização entre as novas tendências e o caráter tradicional/agrário- característico do interior nordestino. De acordo com Gomes *et. al.* (2009), as pequenas cidades do Nordeste foram integradas à dinâmica capitalista não como unidades produtivas, mas, majoritariamente, sob a condição de consumidoras. Assim, pode-se observar que as maiores transformações se concentram nas atividades terciárias sob as atuais tendências de consumo.

Ainda sob resquícios pré-capitalistas, a dinâmica das pequenas localidades buscam (re)produzir os novos moldes urbanos a partir da lógica da imitação, cada qual com suas particularidades. Esse processo implica na eliminação de qualquer manifestação que se mantenha sob outras racionalidades, materializando-se em espacialidades distintas. Esta eliminação/substituição privilegia as melhores localizações, onde se encontram as formas comerciais tradicionais, executando-se pela mutação do arranjo espacial.

Compreender este processo como a única alternativa para o desenvolvimento sócio-espacial é um grande equívoco, pois quando tratamos de cidades, não nos referimos a um objeto direto. Mas a uma categoria de espacialidade e organização sócio-espacial que se manifesta sob inúmeras formas, marcadas por sua função e pelo seu contexto local/regional, incapaz de reproduzir fielmente modelos pré-estabelecidos, tendências á homogeneização sufocam a dinâmica local e a estabilidade das cidades.

5. CIDADE LOCAL: RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

No cotidiano, comumente usamos e ouvimos o uso de termos que fazem referência a dimensão de espaços urbanos como, cidades pequenas e médias, metrópoles e assim por diante. Por outro lado, pouco refletimos ou questionamos sobre como são definidas estas classificações, quais seus objetivos e critérios, elementos estes intensamente discutidos desde sua matriz teórica até sua aplicabilidade para fins legislativos e administrativos.

Antes mesmo de adentrar na discussão a respeito da pequenas cidades, é necessário compreender uma discussão que a precede, que conjunto de formas espaciais/funcionalidades podem ser compreendidas como *Cidade*? Quais realidades levam a formulação de conceitos como não-cidade e pseudocidades? O fato é que de acordo com o IBGE (2010), 83% da população brasileira é urbana, o que leva alguns cientistas refutarem estas informações e criarem outros modos de contagem da população urbana como aponta Veiga (2002).

De acordo com o referido autor, mediante uma análise da atual configuração territorial do Brasil, bem como de seu arranjo produtivo e a distribuição demográfica, é inevitável constatar que “o Brasil é menos urbano do que se calcula” tal como o mesmo coloca no título de sua principal obra. Suas considerações são fundamentadas em informações quantitativas referentes a órgãos de reconhecimento territorial como o IBGE, no qual constam que a maior parte da população brasileira, em especial localizadas no interior do país, encontram-se em pequenas aglomerações semi-rurais, com ruas não calçadas e de centralidades rala. Desse modo, não podendo ser classificadas como perímetros urbanos já que a própria economia destas localidades está associada às atividades primárias.

Carlos (2003), lança uma crítica direta as contribuições de Veiga, alertando sobre o equívoco visto no título da obra devido a insuficiência teórica e metodológica de seus argumentos que, segundo a autora, não passam de artigos de jornal. Todavia, a obra se constitui como o início de uma importante reflexão referente ao conteúdo e a funcionalidade das pequenas cidades que, por sua vez, merecem ser estudadas e compreendidas como espacialidades importantes para dinamização do território nacional.

Segundo Soares e Melo (2009), é possível identificar na própria América Latina, uma diversidade de possibilidades de classificação de uma cidade, cada qual, evidenciando um determinado conjunto de critérios, entre estes, identifica-se em especial os critérios de cunho demográfico, econômico ou funcional/administrativo. Souza (2003), problematiza estes

modelos de categorização e propõe uma abordagem analítica que estabeleça uma relação dialética entre os elementos demográficos, econômicos, políticos e culturais, bem como a contextualização da localidade diante do arranjo espacial do território nacional, alertando sobre o risco de universalização, majoritariamente, associado a composição demográfica. Neste sentido afirma “[...] tamanho não é documento” (Idem, p. 31).

De acordo com Souza (2003), em decorrência dos critérios administrativos recriados em 1996 que facultarão a emancipação de diversos distritos em municípios, surgiram diversas cidades que não possuem as condições mínimas para tal classificação. Pois a Emenda Constitucional nº15, de 12 setembro 1996 incentivou a promoção de cerca 1.070 distritos em municípios no período de 1991 a 2001, sendo necessário a existência de uma sede municipal, logo os pequenos distritos que se tornaram sede municipais, elevaram-se a categoria de cidade, em quase sua totalidade com população menor que 20.000 habitantes tornando-se as categorias que mais concentram municípios.

Tratando-se do Brasil, teremos o IBGE como órgão responsável pela definição dos espaços urbanos e rurais, assim como pelo sistema de classificação das cidades brasileiras. Em 2017 o IBGE lançou a última edição de um estudo intitulado *Caracterização e Classificação dos Espaços Urbanos e Rurais do Brasil* que busca, a partir de uma tentativa de diálogo entre critérios qualitativos e quantitativos, estabelecer um método nacional de delimitação desses espaços que mais se aproxima da realidade brasileira do século XXI, entretanto ainda se caracteriza como mais um modelo quantitativista, apesar de apresentar alguns avanços para a compreensão destas espacialidades.

Maia (2010), observa que o sistema de classificação das cidades brasileiras é insuficiente e ineficiente, decorrente de sua própria metodologia de análise, apresentando superficialização das particularidades locais e a valorização de análises amplas e generalizantes. Tendo em vista a diversidade de realidades sócioespaciais no território brasileiro, cidades com as mesmas dimensões demográficas-espaciais terão importâncias variadas dependendo do contexto sócioespacial de sua localização, ou seja, sua função na dinâmica regional e seu papel no processo produtivo.

De acordo com a mesma, grande parte destes estudos objetivaram compreender a relação entre campo e cidade, ignorando análises sobre a dinâmica intraurbana destas localidades. Portanto, com exceção da abordagem a mencionada, a maioria das constatações sobre estas espacialidades são referentes às relações interurbanas ou regionais - entre

localidades dos mais diferentes portes - bem como seu papel da divisão territorial do trabalho e no processo de acumulação capitalista.

Nesta perspectiva, é de suma importância resgatar a metodologia proposta por Pierre Monbeig que buscava ver na cidade a relação entre o homem e a natureza. O autor partia de discussões ainda da geografia regional clássica, mas que nortearam os estudos sobre a complexidade da urbanização brasileira. O referido autor tecia questionamentos sobre o conteúdo intraurbano das cidades, desde a localização do sítio urbano, com suas propriedades morfológicas, até o papel das técnicas contemporâneas na manutenção do processo expansão do fenômeno no Brasil.

De acordo com Maia (2010), os estudos do Pierre Monbeig foram fundamentais para compreender o Brasil antes da metade do século XX, assim com também indispensável indutor de novos estudos em outras regiões do Brasil. A metodologia de análise desenvolvida por Monbeig, salvo algumas alterações, se manteve como o principal modelo de análise sobre os espaços urbanos no Brasil. Momento em que as cidades brasileiras reproduziam o caráter predominantemente agrário, sua metodologia contribuiu com consideráveis avanços para compreensão da dialética entre as ruralidades e urbanidades presentes nas grandes cidades que sediavam a expansão industrial no Brasil, marcada pelos processos migratórios.

Apesar das contribuições de Pierre Monbeig, os estudos sobre as pequenas cidades no Brasil, só alcançaram avanços a partir da década de 1970, em especial com Santos (1979) e Corrêa (1997). Estes autores, realizaram análises mediante o método materialista histórico-dialético que buscava compreender a importância destas pequenas localidades para a reprodução das relações de produção e dinamização da economia capitalista nos países subdesenvolvidos, estabelecendo diálogos entre as particularidades do fenômeno no Brasil e o próprio modo de produção capitalista. Assim, desvendando a natureza contraditória da urbanização no sistema capitalista e a (re)produção da racionalidade urbana. Formando exércitos de mão-de-obra reserva para as atividades primárias.

Sua preocupação em compreender a pequena cidade dentro da dinâmica capitalista foi de suma importância para estabelecer o diálogo entre essas espacialidades de escala micro com os processos desencadeados em uma escala macro, ou seja, possibilitando a dialética entre o local e o global, empregada aos estudos e análises sobre as cidades pequenas e médias. Sobretudo, enxergando a própria lógica das contradições da produção espacial sob influência

das relações internacionais, gerando fenômenos locais indispensáveis para a própria manutenção do modo de produção vigente.

Nesta perspectiva, segundo Henrique (2010), apesar dos seus aspectos morfológicos peculiares, aparentemente bastante distantes, o conteúdo das pequenas cidades apresenta grandes semelhanças com a racionalidade hegemônica, ou seja, compartilham a essência inerente ao próprio processo de acumulação capitalista. A formação do arranjo espacial destas localidades, em sua maioria, está relacionada a algum meio de produção, de algum modo, relativo às relações econômicas supralocais. Assim, reproduzindo os efeitos destas instalações em outros espaços, com objetivos variados. Contudo, a urbanização, enquanto fenômeno imanente da dinâmica capitalista se manifesta desenvolvendo diversas homogeneidades, em suma, relativas às próprias contradições.

Tal análise busca mostrar a complexidade das pequenas cidades, a partir de suas mutações e transformações e, principalmente das convergências, muitas vezes não-pacíficas dos seus respectivos conteúdos, referindo-se as urbanidades e ruralidades, as relações de poder e as resistências, sobre a posição das manifestações dos modos de produção anteriores que ainda não se dissolveram, permanecendo ativos e conflitantes com as novas tendências.

A partir dos pressupostos levantados acima, podemos concluir que as pequenas cidades não se constituem como um arranjo espacial passivo e estagnado, pelo contrário, a relação campo-cidade e a dialética entre o urbano e o rural mediado pela “democratização” das novas técnicas-científicas-informacionais estão viabilizando, nessas pequenas localidades, um processo empírico de reinvenção do seu conceito, já que estas espacializações não podem ser mais identificadas pelo caráter predominante do campo. Tampouco, podemos ainda nos dias atuais compreender urbano e rural como racionalidades intensamente antagônicas, pois de fato há a socialização de uma nova consciência para as relações sociais, agora marcadas pelas novas tendências de consumo e pelos desejos, pelas projeções de vida dos indivíduos que se expressam veementemente algum encantamento pelo fetiche da tecnologia, assim, gradativamente, rompendo as antigas definições.

Desse modo, pode-se observar que estas cidades se firmam como um complexo objeto de estudo da geografia, possuindo diversas formas e faces que só podem ser compreendidas a partir da análise de sua hinterlândia, compreendendo a cidade como resultante da região (de sua relação com o campo), da cultura e do modo de produção predominante, assim como sua base material que viabiliza as próprias articulações e sua

função na rede urbana que está inserida, também compreendendo as relações mais imediatas, com o campo e com as localidades de menor dimensão - uma análise multiescalar.

5.1. RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA CIDADE

Em decorrência do processo de ocupação do território brasileiro, mediante a perspectiva geopolítica portuguesa, privilegiando a região litorânea, propicia ao cultivo de cana-de-açúcar, extração de madeira e criação de gado, a formação econômica e territorial brasileira se apresentou, desde sua gênese, demograficamente desigual. Assim, historicamente, dividindo o território nacional em duas regiões, a primeira com uma considerável sobreposição das atividades terciárias e secundárias sobre o setor primário e a segunda apresentando o inverso, uma preponderância do setor primário sobre os demais.

Esta segunda, relacionada ao interior do território nacional, teve como uma das consequências do processo de formação, a urbanização tardia, relativa a baixa demografia que, por sua vez, resultou na formação de pequenas cidades. Cidades estas, de alta complexidade e heterogeneidade, responsáveis pelo abastecimento de suprimentos básicos para sua hinterlândia, bem como as condições elementares para o escoamento de produção local, majoritariamente, associada ao setor primário, em especial o agronegócio brasileiro.

Neste sentido, a depender de sua localização geográfica, incluindo os aspectos socio-espaciais regionais, estas cidades assumem papéis diferentes na rede urbana e reprodução das relações sociais de produção. Inerente ao processo de produção e reprodução das relações sociais de produção há um ciclo de relações que estruturam sua (re) produção, Marx (2008) mostra que o processo de circulação da mercadoria na forma dinheiro, em sua forma mais simples ocorre de M-D-M (Mercadoria que se torna em Dinheiro e, posteriormente, em Mercadoria novamente), com o desenvolvimento das relações capitalistas, estas relações se aprimoram e o processo se transforma, sendo a relação D-M-D responsável pela continuidade do processo de acumulação.

Segundo o mesmo, o processo de acumulação e reprodução do capital se estrutura a partir dos elementos da produção, sendo estes: produção, circulação, comercialização e consumo. Neste sentido, é através de algumas destas etapas que ocorrem a mediação entre os agentes responsável pela dinamização econômica. Cabe destacar que, segundo Marx (2008), em todas as etapas do processo produtivo existe algum tipo de consumo, como mão-de-obra, insumos básicos, entre outros, assim, envolvendo outros agentes no processo.

Buscando conceituar a espacialização destas relações, Santos (1977; 1979; 2001), formula o conceito de circuitos espaciais de produção, fortalecendo a ideia central de interdependência entre todos os entes inseridos na rede, distorcendo a concepção de hierarquia e sublinhando a ideia de colaboração. Assim, construindo uma base teórico-metodológica sistemática capaz de compreender a relação dialética entre os múltiplos agentes sócio-espaciais, tal como sua influência na produção do espaço, formando uma condição espacial diversificada.

Moraes (2017) analisa os circuitos espaciais de produção para além da perspectiva econômica, dos mecanismos neoclássicos de análise dos fluxos globais e regionais, assim, pretendendo compreender o papel político das articulações jurídico-comerciais para manutenção do sistema capitalista, viabilizado pela globalização. Neste sentido, sendo através das normatizações, acordos e tratados comerciais, que o processo de universalização dos localismos se concretiza, descentralizando muito mais que os objetos, sobretudo, costumes, consciências e simbologias.

As duas concepções se complementam, elucidando o processo de formação e a funcionalidade dos circuitos de produção e, conseqüentemente, a ampliação das desigualdades regionais, problemática denominada por Moraes (2017), como “desenvolvimento desigual e combinado” a partir do processo de “racionalização do espaço” (SANTOS, 1997). Desta forma, sua correlação é de suma importância para compreensão dos efeitos decorrentes da estruturação da totalidade capitalista presente na contemporaneidade.

Todavia, as análises decorrentes dos dois autores priorizam as articulações sob escala global, notadamente, a relação local-global e/ou regional-global, de longe, a principal manifestação espaço-temporal do uso dos novos recursos técnicos. Por sua vez, relativo ao processo de reestruturação produtiva. Como aponta Benko (1999), tal processo marca a organização produtiva com a flexibilização do trabalho e o, considerável, aumento da mobilidade sócioespacial. Negligenciando suas repercussões sob escala local, economias e organizações locais.

Aqui, compreendemos os círculos ou redes de cooperação como a realização de um conjunto de interesses promotor de relações sociais concretas, sendo assim, se manifestam diretamente nas relações cotidianas. Portanto, o que se coloca é sua influência subjetiva nas interações sociais, desencadeando mutações na configuração espacial através da

ressignificação das práticas cotidianas, como o consumo de bens, comportamentos e alternativas de lazer.

Portanto, quando se coloca a relação campo-cidade através das redes de cooperação, destaca-se o conceito de rede, ou seja, articulações que espacialmente se manifestam com descontinuidades, entre uma localidade e outra, não se constituindo com um fenômeno totalizante. Sendo, no corpo de estudos da geografia, historicamente, caracterizado por sua compreensão material, as chamadas *redes-técnicas* da geografia anglo-saxônica, referindo-se, em especial, a expansão ferroviária, rodoviária e telegráfica. Por sua vez, sendo passível de mensuração quantitativa (SOUZA, 2016).

Esta manifestação das redes geográficas, fundamental para a compreensão dos fenômenos espacial não concluí uma análise crítica em si, pois se limita a análise sobre a aparência dos processos, sendo tudo aquilo que é visível e mapeado. Outra versão da realidade que pode ser analisada é sua influência nas relações sociais, em seu conteúdo sociocultural, mensurando a essência do fenômeno das redes, seu impacto na dinâmica sócioespacial.

De acordo Hissa (2011), nenhum fenômeno ou processo espacial alcança integralmente a totalidade, assim, não sendo passível de homogeneização material. Neste sentido, os processos de modernização técnica se materializam de modo estratificado, privilegiando determinadas localizações e privilegiando determinados grupos. Entretanto, o papel simbólico dos processos é o único passível de totalização, encontrando nas redes um meio de canalização e disseminação, pois o fator estruturante dos processos não é seu caráter objetivo, e sim, seu caráter abstrato: a racionalidade que o estrutura.

Tal como aponta Haesbaert (2011), a principal característica das relações econômico-políticas da transição do século XX para o século XXI, é o processo de dominação em rede. A territorialização que surge neste período depende de continuidades, o papel dos símbolos cotidianos, das tecnologias e da dependência simbólica, erguem muros ainda mais sólidos do que qualquer concreto. Constituindo o que mesmo vai denominar de territórios em redes.

Assim, o processo de colonização do urbano, como consciência coletiva, no campo se fortalece a cada inovação técnica que promove maior mobilidade espacial e informacional mediante a ampliação das redes técnicas, incluindo a internet e a telefonia móvel. Neste caso, retoma-se a importância das redes de cooperação para integração entre campo e cidade nas pequenas localidades, o primeiro como o *locus* da produção, e o segundo pela especialização

comercial e a concentração dos espaços de consumo. Portanto, a dinâmica econômica só se estabelece na plena associação entre o campo e a cidade.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim como já foi explicitado no corpo deste texto, a referida pesquisa se estrutura mediante uma análise interescalar, buscando associar mais de uma escala de análise, cujo objetivo é compreender o papel da Feira-Livre de Sumé para os diversos agentes sociais dinamizadores da economia local, assim como da produção do espaço, abrangendo os diversos fenômenos condicionados e condicionantes do processo de dissolução dos fluxos no referido recinto assim como pela ressignificação do seu espaço mediante o surgimento de novos fluxos sob novas configurações.

Portanto, este capítulo está organizado no sentido decrescente da escala cartográfica, partindo de uma escala maior, microlocal no subcapítulo 6.1, referindo-se a dinâmica interna do espaço da feira-livre, diminuindo a escala nos tópicos seguintes, subcapítulos 6.2 e 6.3, tratando da dinâmica comercial do centro comercial e a relação entre a feira livre e a economia urbana, em especial a transformações decorrentes da relocação do mercado público municipal, e, por último, no subcapítulo 6.4, abrangendo a dinâmica dos fluxos comerciais no território do município, incluindo a discussão da relação campo-cidade na manutenção econômica da pequena cidade.

6.1. A DINÂMICA INTERNA DA FEIRA-LIVRE DE SUMÉ

A feira-livre de Sumé, historicamente se consolidou com uma das principais instituições para o estabelecimento de trocas comerciais, por sua vez, promovendo encontros, levando informações e inovações. Assim, reunindo toda a comunidade local uma vez por semana, mobilizando os animais de trabalho, caminhões pau-de-arara, ônibus e vans que, modificavam, de modo intenso, as paisagens da localidade, aumentando os fluxos nos logradouros, bares, mercearias e armazéns.

Como fora discutido ao longo do texto, tais fluxos foram responsáveis pela organização do espaço da referida feira, sendo construídos os mercados públicos, vias de acesso e até agências bancárias. A feira-livre sempre foi o *locus* da convergência entre a população rural, trazendo consigo a racionalidade oriunda dos campos e a população da cidade, em parte não podendo ser considerada urbana, mas que, de fato, estava adaptada com novos fenômenos sociais, técnicos e políticos que não eram visualizados no campo. Para as cidades locais do interior nordestino, a feira-livre era responsável por estabelecer o diálogo entre o tradicional e o novo.

De acordo com dados recentes da coordenação do Mercado Público Municipal, o respectivo objeto de estudo é composto por 251 empreendimentos (como pode ser visto no gráfico 1), um total de aproximadamente 630 feirantes se levarmos em consideração que por empreendimento há uma média de 2,5 pessoas diretamente envolvidas (subempregadas) como fora constatado com os questionários. Ocupando uma área próxima ao centro comercial da sede municipal, é dividida em duas partes: a feira de dentro do mercado público e a feira de fora do mercado. A primeira é caracterizada pelo comércio alimentício, como carnes, queijos, frutas, verduras e legumes, entre outros; já a segunda parte é marcada pelo comércio de confeccionados (roupas e calçados), eletrônicos, ferramentas de trabalho e acessórios.

Na busca por uma análise ampla acerca da dinâmica da feira e da natureza de suas relações comerciais, assim, a referida pesquisa se propõe a identificar o perfil socioeconômico dos envolvidos na mesma. Para tanto, foram aplicados questionários à um total de 30 micro-empresendimentos (correspondente a 11,95% da totalidade dos empreendimentos), coloquialmente chamados de barracas (seu detalhamento pode ser visto na tabela seguinte), e 30 consumidores. Desse modo, os dados obtidos foram indispensáveis realizar algumas análises e compreender a atual dinâmica do referido espaço, tendo como base sua apuração qualitativa.

Distribuição dos micro-empresendimentos da Feira de Sumé	
Mercadoria	Quantidade
Produtos Importados	21
Frutas, Verduras e Cereais	100
Alimentação e Bares	25
Carnes e Visceras	52
Confeccções	34
Temperos e fumo	7
Outros	12
Total	251

Quadro 1: Distribuição dos micro-empresendimentos da Feira de Municipal de Sumé. **Fonte:** Direção do Mercado Público Municipal de Sumé-PB. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Assim como está expressa na música “Feira de Caruaru” de autoria do compositor pernambucano Onildo Almeida, que buscou retratar em sua composição a multiplicidade de objetos encontrados na tradicional Feira-livre da Cidade de Caruaru-PE, destacando: “*Na feira de Caruaru Tem coisa pra gente ver, de tudo que há no mundo, nela há para vender*”, as feiras-livres tradicionais do interior nordestino ainda se distinguem das novas formas de

comércio pelo seu caráter não-especializado. Sendo possível encontrar em um curto espaço-tempo uma grande variedade de mercadorias, sob uma grande variação qualidade-valor.

Neste sentido, como apresenta a tabela 1, a Feira-livre de Sumé ainda conserva fortes características tradicionais, como sua multiplicidade de formas espaciais e de mercadorias, que em sua maioria não correspondem às novas formas de consumo. Portanto, apesar da nítida formatação de acordo com as novas relações sociais de consumo, a referida ainda mantém sua relação com a produção local, tanto para o escoamento da produção como na oferta de insumos para os pequenos produtores.

6.1.1. A RELAÇÃO DA FEIRA DE SUMÉ COM A IDENTIDADE LOCAL/REGIONAL

Assim como aponta Corrêa (1996), as feiras livres do Nordeste brasileiro se constituem como uma forma de comércio bastante distinta das feiras tradicionais de Portugal e de outras localidades do Brasil. De acordo com o mesmo, as feiras do Nordeste carregam e, simultaneamente, fortalecem a cultura do sujeito nordestino, assim reproduzindo estas especificidades também em sua espacialização. Sua colocação contribui para elucidar um pouco sobre o caráter local/regional das feiras “nordestinizadas”.



Gráfico 1: Fatores que influenciaram o surgimento dos micro-empresendimentos. **Autor:** COSTA, Gustavo.

É interessante observar (Gráfico 1) que 53% (cinquenta e três por cento) dos feirantes se inseriram na feira por influência da família (como pode ser visto no gráfico acima), que muitas vezes se constitui como uma família tradicional de feirantes, tal como veremos nos dados obtidos com os consumidores já que 40% (quarenta por cento) dos consumidores que responderam os questionários afirmaram frequentar a feira por influência da família. Então, pode-se observar que a feira-livre supracitada ainda sofre uma forte

manutenção da própria cultura local que mesmo atingida por grandes transformações, busca conservar algumas práticas locais.

No caso da Feira de Sumé, facilmente podemos perceber seu caráter regional, mantendo uma heterogeneidade em seu arranjo espacial: formas, temporalidades e mercadorias que compõem espaço da respectiva feira e, que marcaram sua existência interior do Nordeste. Por outro lado, as feiras livres, assim como a demais formas de comércio, perpassam por um intenso processo de modernização técnica e, conseqüentemente, de ressignificação em virtude dos novos meios técnicos, das novas racionalidades e dos valores que circundam todas as esferas do comércio em uma sociedade dita capitalista. De fato, atualmente, as paisagens da supracitada feira são marcadas pelo processo de hibridização cultural, onde as características mais locais se fundem na dialética entre o novo e o tradicional, como é representada na figura 4.

Nos últimos anos a referida feira foi marcada pela introdução das novas técnicas aplicadas ao comércio em varejo como: balanças eletrônicas, embaladores a vácuo, ambientes higienizados, espaço climatizado entre outras. Tais transformações resultaram em novas paisagens de consumo, no entanto, as feiras ainda se constituem como formas do pequeno comércio tradicional, assim caracterizadas pelo capital de curta circulação e mão-de-obra abundante. Dessa forma, não são capazes de oferecer longos prazos e ainda possuem pouco amadurecendo em relação às novas formas de crédito, por isso, assim como segue no gráfico 2, a baixo, identificamos que 52% (cinquenta e dois por cento) dos micro-empresendimentos aceitam somente o dinheiro em espécie e apenas 8% (oito por cento) de todos que participaram afirmam já utilizarem maquinetas e aceitam cartões de crédito.



Figura 4: A junção entre as novas e as velhas técnicas. **Autor:** JUNIOR, Augusto.

Tais resultados também chamam atenção para a permanência da prática do fiado, que se constitui como a principal forma de crédito do pequeno comércio tradicional. Tal como aponta Dantas (2009), atualmente, o fiado é um dos aspectos mais característicos e particular das feiras do Nordeste. A prática do fiado é um dos maiores responsáveis pela criação de redes entre os feirantes e seus “fregueses”, conseqüentemente, contribuindo para a conservação do hábito de frequentar e consumir nas feiras-livres.

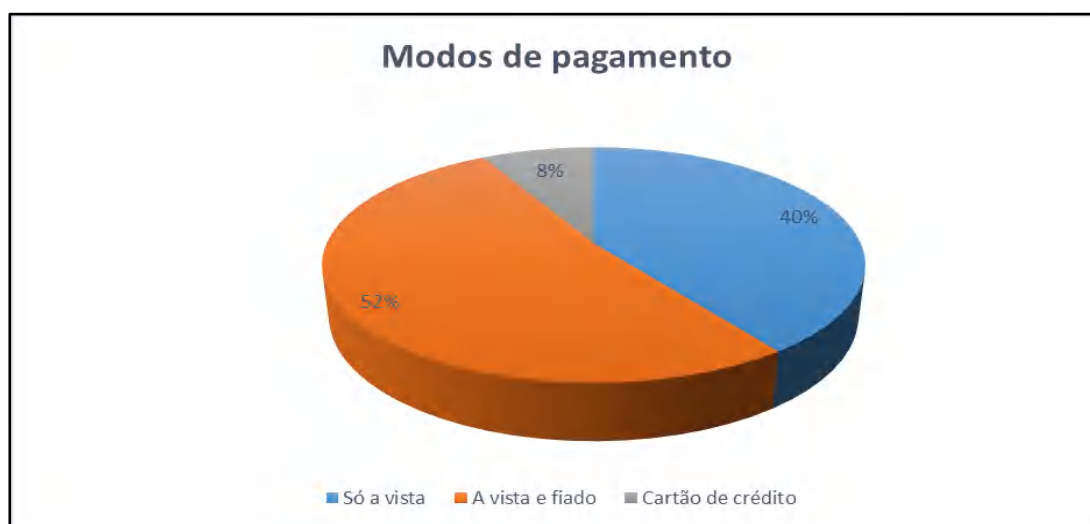


Gráfico 2: Os Modos de Pagamento. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Tratando-se da Feira de Sumé, pode-se compreender através de alguns relatos que a prática do fiado acompanha todo o processo de circulação da mercadoria, desde o produtor que vende suas mercadorias para o feirante ou intermediador até o consumidor final, que em alguns casos também se utiliza o fiado. Dessa forma, cria-se uma rede de dependência que, espacialmente, forma-se uma região na qual se une com toda a influência regional da cidade.

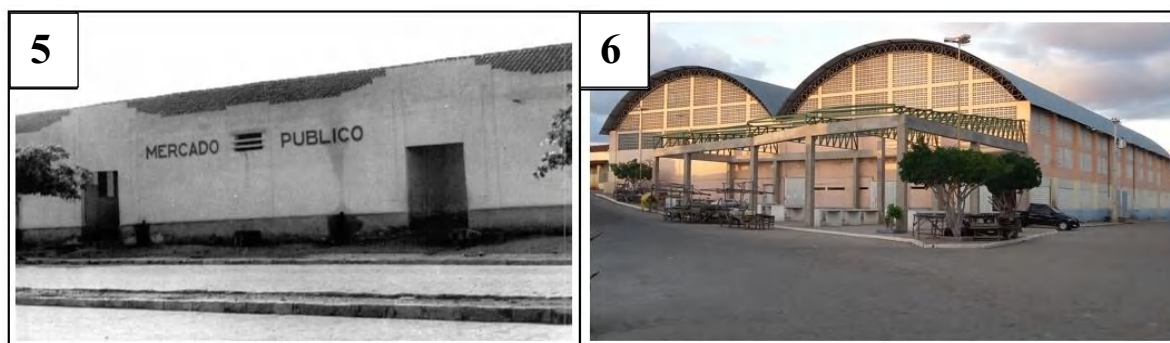
6.2. OS EFEITOS DO PROCESSO DE RELOCAÇÃO DA FEIRA CENTRAL

Tendo em vista os múltiplos agentes e fatores responsáveis pela produção do espaço urbano, observa-se como a circulação de pessoas e capitais em escala local/regional resultou na diversidade morfológica de seu arranjo espacial. Em sua natureza, trata-se da produção de formas espaciais capazes de estruturar as diversas intencionalidades que caracterizam cada temporalidade distinta, assim estruturando as transformações sociais e políticas – em sua maioria, de interesse hegemônico. Estes fluxos se materializam em formas espaciais concretas que, ao longo do tempo, se acumulam ou se justapõe, hibridizando o arranjo espacial, tornando-o, cada vez mais, peculiar.

Atualmente, tais relações sociais se destacam pelo surgimento e manutenção de novas próteses materiais características dos valores capitalistas, como os supermercados, lojas

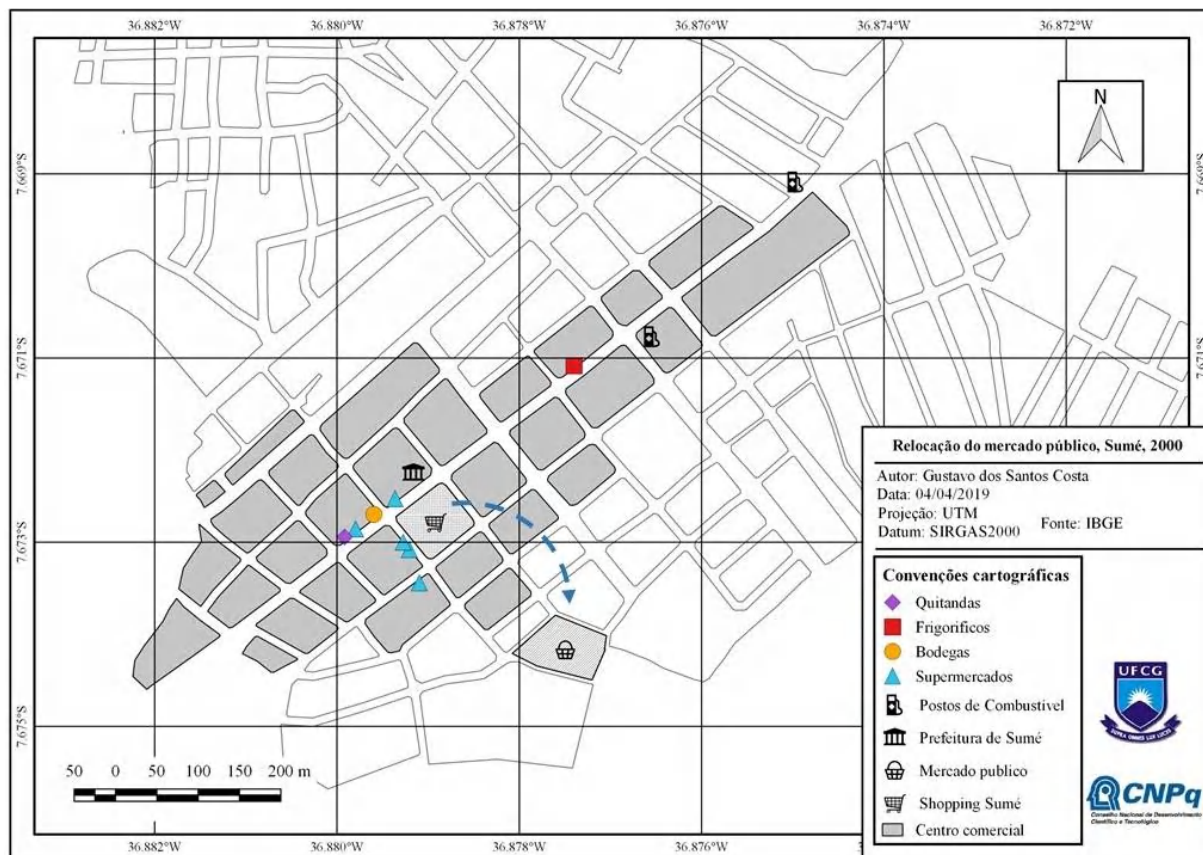
calçadistas, bancos entre outros serviços. Fundamentais para reprodução das relações de produção. Contudo, a produção destas formas não segue uma alocação aleatória, pelo contrário, seguem padrão de agrupamento, cada qual se instalando o mais próximo possível de onde a circulação de capital se concentra. Dessa forma, possibilitam a mutação funcional das localidades, transformando essas áreas em reais ambientes do consumo contemporâneo.

Tratando-se do caso de Sumé, pode-se constatar que os fluxos de capitais tomaram maior corpo a partir de 1950, quando o aglomerado passou ao status de sede municipal, e um novo mercado público fora construído em frente a BR-412, recebendo o nome de Av. 1º de Abril, o principal eixo dinamizador da cidade. Após a construção do novo mercado em 2001, houve a proliferação de políticas higienistas e de controle de qualidade, além da na circulação das mercadorias que, em virtude da própria localização geográfica e do acesso à cidade, contribuiu para que se desenvolvesse de modo rápido. Assim, logo na década de 1980, tornou-se um dos principais centros de comércio e serviços do Cariri Ocidental Paraibano.



Relocação do Mercado Público Municipal, Figura 5: O Mercado Público Municipal de Sumé-PB na década de 1980; **Figura 6:** O atual Mercado Público Municipal de Sumé em 2018. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

A circulação regional de capitais promovida pelo trabalho e pelo consumo na Feira Municipal de Sumé foi responsável por criar condições materiais e simbólicas para o desenvolvimento de outras formas comerciais no entorno da feira que, ao inverso da periodicidade da feira-livre, possuem estrutura permanente. Neste sentido, constata-se que as modalidades de comércio que compõe o centro comercial se expandiram pelas ruas adjacentes a feira-livre e pelas vias localizadas entre o ponto de parada dos transportes alternativos e o mercado público- como pode ser visto no Mapa 2.



Mapa 2: Mapeamento do Centro Comercial Tradicional de Sumé
Fonte: COSTA, Gustavo.

Contudo, em 2003, viabilizada por todo um discurso modernista (gentrificacionista) em prol da higienização, padronização e normatização dos espaços, a Prefeitura Municipal de Sumé inaugura um novo Mercado Público Municipal. Em tese, o novo mercado público pretendia expandir o centro comercial em outras direções, buscando descentralizar os serviços e amenizar os problemas urbanos promovidos pelo trânsito de automóveis e pela concentração comercial em uma pequena área. Dessa forma, o novo mercado foi construído fora do centro comercial tradicional, em um bairro residencial na periferia da cidade.

6.2.1. A RELOCAÇÃO DA FEIRA NA ÓTICA DOS FEIRANTES

O processo de relocação do mercado público municipal desenvolveu uma série de efeitos, na perspectiva de Harvey (1980) podendo ser compreendido como efeito-exteriorização. Assim, sendo sentido de modo diverso pela comunidade local, beneficiando uma parcela da população em detrimento de outra em concordância com seus objetivos político-econômicos.

De acordo com entrevista realizada a um dos feirantes, o Sr. José Carlos feirante em Sumé há mais de quarenta anos, “*a relocação nunca foi bem vista*”, quando consultado sobre o que os feirantes achavam na época da relocação ele me respondeu:

A gente sabia que não ia dá certo, o pessoal da prefeitura ia lá conversar com a gente, mas ninguém queria, todo mudo tinha sua barraquinha no seu cantinho certo. A culpa foi toda da prefeitura, eles abandonaram o mercado velho!! Meu filho, várias vezes nos tivemos que nos juntar para trocar a madeira banheiro por que a gente via a hora do teto cair na cabeça da gente.[...] Se lá era bom? Lá era bom de mais, a feira durava até o dia escurecer, eu vendia as coisas tudinha, não sobrava nada. Mas não era só eu não, todo mudo gostava daquela feira. [...] Hoje está mais difícil, os feirantes aumentaram e a freguesia diminuiu, diminuiu muito mesmo, uma hora da tarde já estou no sítio e daqui a pouco não vai dá mais para fazer a feira de casa.

De acordo com os dados obtidos nos questionários passados para os microempreendedores, foi identificado um alto índice de reprovação, 80% (oitenta por cento) afirmaram que após a relocação do mercado e, conseqüentemente, de toda a feira, a maior parte dos impactos foram negativos para as atividades dos mesmos, assim, apenas 20% dos feirantes indagados afirmaram ter melhoras após a relocação. Tendo como maior argumento contra a relocação, o fato de que os fluxos tiveram uma considerável redução, por outro lado, os argumentos mais sólidos a favor da relocação eram relativos ao conforto da nova estrutura e a desobstrução do centro comercial.

6.2.2. A RELOCAÇÃO DO FEIRA NA ÓTICA DOS CONSUMIDORES

Os dados relativos aos questionários aplicados apresentaram uma avaliação distinta da constatada pelos feirantes, ainda cabe destacar que a maioria dos entrevistados eram pessoas que frequentavam a referida feira a mais de 30 anos, portanto acompanharam todo o processo de relocação e os efeitos desencadeados.

Quando os consumidores foram indagados sobre a relocação da feira, como pode-se ver no gráfico 4, tivemos respostas totalmente inversas. Com o argumento de que o atual espaço é bem mais confortável, em virtude da limpeza, da climatização e da cobertura, 73% dos consumidores afirmaram que o atual mercado se apresenta muito mais interessante para a realização das compras semanais.

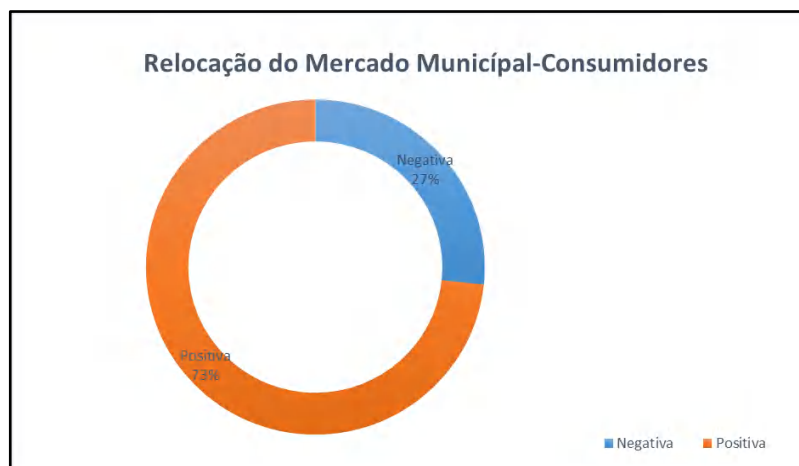


Gráfico 3: Relocação do Mercado Municipal – Consumidores. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Na última entrevista realizada, esta desenvolvida com um comerciante local e consumidor, o Sr. Pedro, ouvi uma versão bastante interessante sobre a nova configuração da circulação dos capitais na cidade após a relocação do mercado público, quando perguntei o que ele pensava sobre a relocação do mercado, ele me respondeu o seguinte:

Não é a primeira vez que me perguntam o que acho sobre a relocação do mercado público, eu não achei ruim, como cidadão não, por quê todo mundo percebe que o comércio local se expandiu depois da transferência do mercado. Antigamente, todo o dinheiro do pessoal que vinha de fora ficava ali na feira, agora não, muita gente vem para cá no dia da feira, mas não vão nem lá, ficam aqui pelo centro mesmo. Mas a cidade também cresce com isso, todos os comércios ganham com isso.

A contribuição do entrevistado indica certa conotação positiva da relocação da Feira de Sumé, se assim como ele, ignorarmos o fato de que as novas formas de comércio que atualmente povoam o centro tradicional obedecem uma outra rede de circulação e interação socioeconômica, representam pela subordinação à grandes monopólios, descalcificando a rede de articulações regionais que a feira-livre desenvolvia, nas palavras de Santos (1977), podendo ser interpretado como uma rede de cooperação que apresenta características políticas e econômicas locais.

Neste sentido, pode-se constatar que na feira local há uma ação recíproca, onde boa parte das pessoas produzem e vendem para os feirantes, posteriormente, retornam à feira, e compram tudo aquilo que precisam. Todavia, as novas formas comerciais não possibilitam essas formas de articulação. Desse modo, o segundo minissistema tende a se beneficiar apenas um lado, o empresário, quebrando o equilíbrio e, conseqüentemente, alterando a dinâmica econômica.

6.3. AS NOVAS FORMAS COMERCIAIS E RECONFIGURAÇÃO DA DINÂMICA COMERCIAL LOCAL

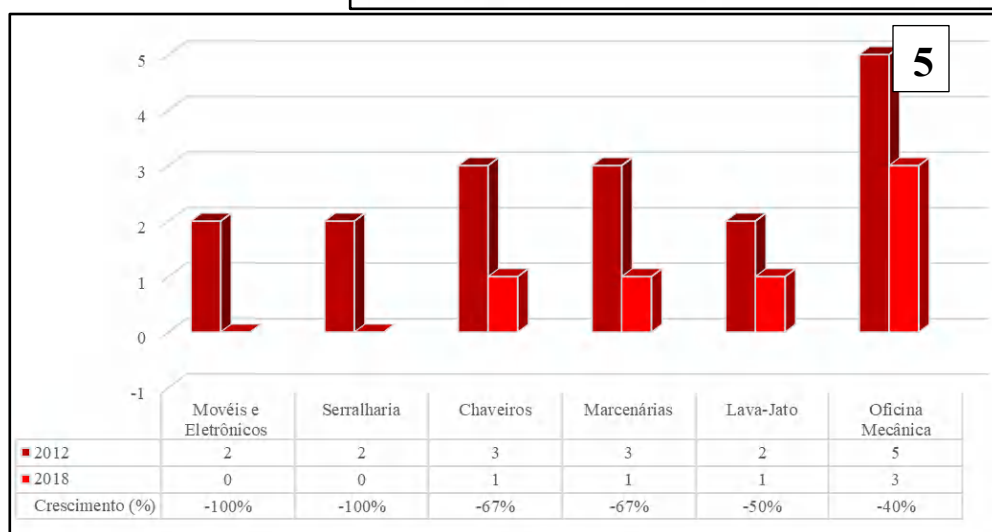
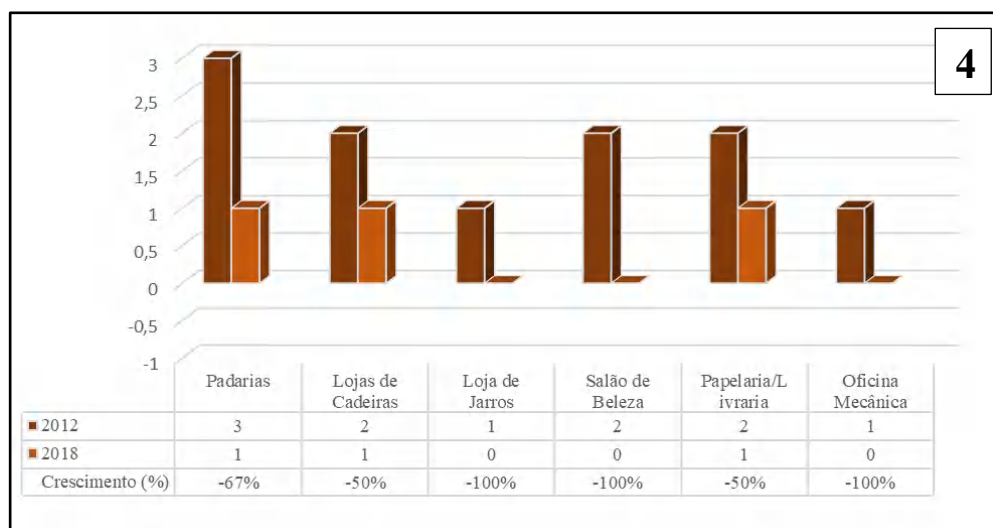
O processo de anulação do espaço pelo tempo, ou como diria Santos (1997), o novo meio técnico-científico-informacional, impõe através da competitividade uma mobilidade espacial, social, cultural e paisagística, incorporada, principalmente, pelas formas comerciais, novos hábitos de consumo e de sociabilidade. Sendo assim, curtos períodos de tempo, apresentam grandes transformações sócioespaciais, relativas, diretamente, ao papel incisivo das instituições e do Estado e pelas relações sociais que sustentam as novas formas espaciais. Entretanto, o segundo elemento não anula o papel das instituições no estímulo ao consumo e na reprodução das relações de produção. Pelo contrário, o Estado torna-se atuante neste

contexto, com políticas públicas para reformação do espaço seguindo critérios claramente parciais.

A partir da análise comparativa entre as principais ruas comerciais que concentram as relações sociais da feira livre de Sumé: Avenida 1º de Abril e a Rua Manoel Severo, entre os anos de 2012 e 2018 (como pode ser visto no Mapa 3). Fora observado relativas transformações em localidades próximas ao antigo mercado público municipal, decorrente tanto do planejamento realizado na metade do século passado, destacado no tópico anterior, assim como pelo próprio reconhecimento da população local. Entretanto, não havia uma esclarecida divisão interna ao centro comercial, em virtude da distribuição de terras, todo e qualquer interessado tinha o direito de receber um pedaço de terra para erguer seu empreendimento. Desde que garantisse sua construção o quanto antes, impedindo qualquer tipo de especulação (SÍLVA, 2011).

Ressalta-se novamente que a localidade possuía baixos níveis de Desenvolvimento Humano e Renda per capita, assim, considera-se que uma pequena porção da população possuía o capital necessário para as construções. Assim, as políticas públicas para a inserção no mercado formal eram excludentes, palpáveis apenas para uma minoria. A maioria dos empreendedores possuíam relações com a produção agrícola, dividindo-se entre o campo e a cidade. Reproduzindo a racionalidade agrária na própria produção do espaço urbano.

Analisando o Mapa 3, é possível perceber algumas permanências desta configuração no centro comercial da cidade, principalmente na referência a configuração espacial de 2012, na qual as atividades terciárias tradicionais como pequenos comércios, marcenarias, relojarias, barbearias entre outros empreendimentos em que a própria família tem a responsabilidade de gerir, o caráter pré-capitalista ainda se mantinha predominante. Entretanto, como pode ser visto nos gráficos 4 e 5, estas formas espaciais comparadas à configuração atual, apresentaram relativa redução em ambos os logradouros.



Dinâmica comercial entre 2012 e 2018, Gráfico 4: Comércios e Serviços que apresentaram maior redução na Rua Manoel Severo; **Gráfico 5:** Comércios e serviços que apresentaram maior redução na Av. 1º de Abril.
Fontes: COSTA, Gustavo.

Observando os gráficos, é possível perceber que as formas comerciais que apresentam maior redução possuem algumas características em comum. Referem-se às atividades com menor nível técnico-informacional, com práticas rudimentares como as oficinas mecânicas pouco tecnizadas, serralharias e lava-jatos, que apesar de estarem associadas à operacionalidade capitalista, são considerados agentes atuantes na poluição dos ambientes

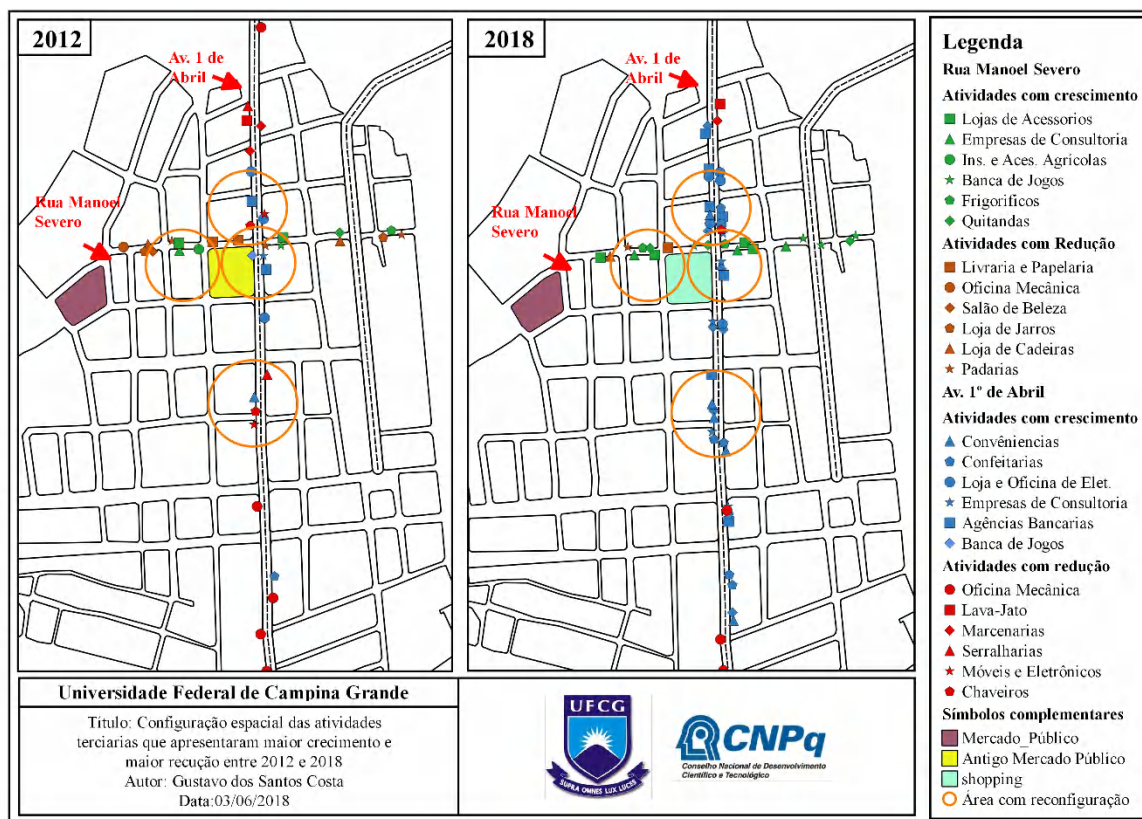
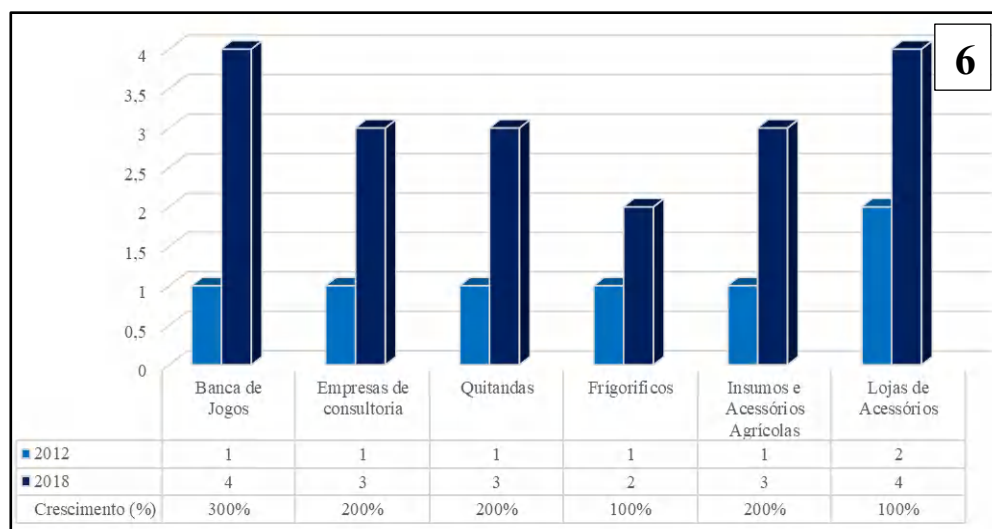
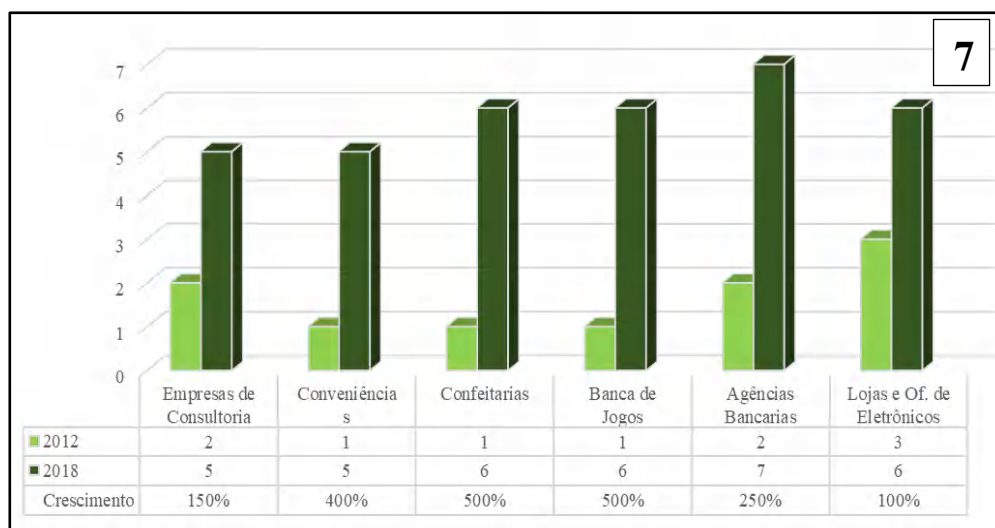


Figura 07: Caracterização espacial das atividades terciárias que apresentaram maior crescimento e maior redução entre 2012 e 2018. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

Por outro lado, na atual reconfiguração, outras atividades passaram a receber maior destaque, concentradas, principalmente, na Avenida Primeiro de Abril, se destacam pela adoção dos elementos de uma paisagem planejada de acordo com os moldes da contemporaneidade. Tratando-se da localização, como pode ser visto no mapa 3 e 4, apesar de os dados referentes a 2018 apresentarem algumas áreas com maior concentração, a atual espacialização se destaca por sua dispersão e pela nova distribuição horizontal dos pontos de consumo.





Dinâmica comercial entre 2012 e 2018, Gráfico 6: Comércios que apresentaram maior expansão na Rua Manoel Severo; **Gráfico 7:** Comércios e Serviços que apresentaram maior expansão na Av. Primeiro de Abril. Fonte: COSTA, Gustavo.

6.3.1. A NATUREZA DA RACIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EM SUMÉ

A partir dos dados coletados a respeito das atividades que apresentaram maior expansão nos dois logradouros analisados, identifica-se que são resultados da racionalização das novas formas espaciais. Pois, as atividades em que houve maior crescimento apresentaram maior adesão aos novos instrumentos técnicos-científicos-informacionais, como lojas e oficinas de aparelhos células, agências bancárias, bancas de jogos em rede e empresas de consultoria. Majoritariamente, dispõe-se de uma paisagem de acordo com os novos moldes, como pode ser visto nas imagens 7, 8 e 9. Dando-lhe a Avenida Primeiro de Abril um caráter de maior capital cultural, relacionado a racionalização e manipulação das práticas cotidianas a partir da nova lógica de cidade, pensada desde sua criação na década de 1950 – eliminando as marcas pré-capitalistas do espaço urbano.

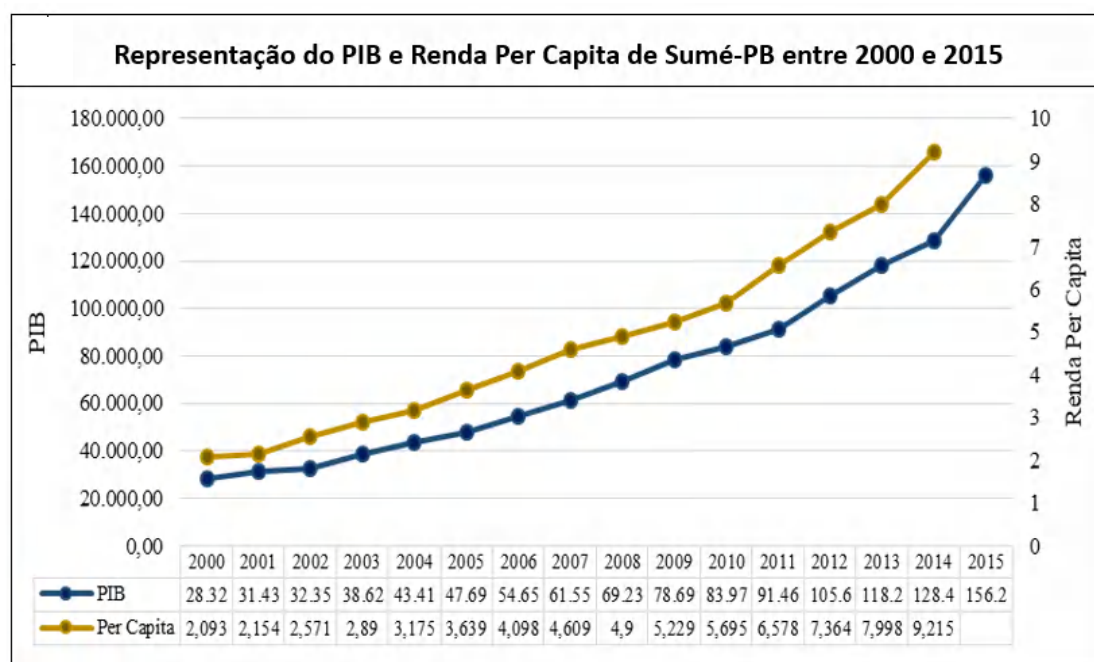


Racionalização da paisagem, figura 8: Farmácia recém instalada da Av. 1º de Abril; **figura 9:** O Shopping Center construído com recursos do município; **figura 10:** Fonte: COSTA, Gustavo.

Tratando, especificamente, do caso da feira-livre de Sumé, observa-se que entre 2010 e 2018 houve um aumento do número de feirantes, ao mesmo tempo em que há um consenso

coletivo de que os fluxos no recinto reduziram consideravelmente. Passando de 245 feirantes em 2010 para 261 em 2018 [não há levantamentos anteriores], Neco (2010) destaca que processo de decadência da feira-livre, ocorreu em virtude de sua relocação no início dos anos 2000. De acordo com o mesmo, o processo foi resultado de um projeto de lei que consistiu na construção de um novo Mercado Público, em um bairro fora do centro comercial, mas que, apesar da nova estrutura, em pouco tempo apresentou fortes quedas nas atividades encontradas nas feiras, reduzindo pela metade seu tempo de funcionamento em decorrência da diminuição dos fluxos.

Apesar das características peculiares da nova localização, distintas do perfil comercial na qual sua localização anterior estava inserida, o atual prédio não possui uma distância considerável. Cabe observar que a localização não é o principal tão pouco o único fator condicionante para a queda na circulação dos capitais, o fator concorrência mostra-se tão incisivo quanto à localização. Levando a concluir que o processo de relocação apenas agravou um processo que se desencadeou com a expansão nas novas formas de comércio associada aos novos desejos de consumo. Já que, como pode ser visualizado no Gráfico 8, de acordo como o IBGE, entre os anos 2000 e 2015 houve um crescimento do Produto Interno Bruto do município e, simultaneamente, um aumento da renda Per Capita. O que resultou em um aumento do poder de barganha, todavia, foi neste período que Neco (2010) constatou a queda nos fluxos comerciais da referida feira-livre.



Dinâmica econômica entre 2000 e 2015, Gráfico 8: Representação do PIB e Renda Per Capita de Sumé-PB entre 2000 e 2015. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

A feira-livre do referido município apresenta uma multiplicidade de atividade comerciais e de serviços, marcadas por sua relação local/regional, expressando a íntima conexão entre a feira e o contexto regional. Como aponta Corrêa (1989), a feira-livre exerce como uma de suas principais funções, o escoamento da produção local, no caso da cidade local (pequena cidade), estabelecendo essa relação entre o campo e a cidade. Sendo assim, como foi descrito em tópicos anteriores, a economia local/regional ainda se caracteriza pela predominância da agricultura e pecuária de subsistência, logo há uma tendência a comercialização de mercadorias derivadas dos excedentes destas produções.

A partir da caracterização das atividades e dos tipos de comércios encontrados na Feira-livre Municipal foi identificado, como mostra o gráfico a seguir, que 55% das atividades encontradas na feira estão relacionadas com o comércio de alimentos. Este fato realça sua função enquanto fornecedora de suprimentos básicos para a comunidade circunvizinha, bem como mecanismo de escoamento da produção local destes, ao mesmo tempo que indica alternativas para a compreensão de seu esfacelamento em virtude da competitividade, decorrente da expansão dos pontos de consumo de bens não-duráveis similares aos encontrados nas feiras, contudo, de origens distintas.

Através de dados cedidos pela Prefeitura Municipal de Sumé-PB sobre os empreendimentos do setor alimentício existentes entre os anos 2000 e 2018, como bodegas, supermercados/mercados, quitandas e frigoríficos, foi possível observar não só o crescimento quantitativo de alguns tipos de empreendimento, mas, principalmente, os aspectos qualitativos relativos a distribuição espacial destes mecanismos de consumo, tal como a quebra dos pequenos núcleos concentração e a dissolução – descentralização - destes instrumentos, imprescindíveis para reprodução das novas lógicas das relações de produção, por todo o centro comercial, aparentemente dispersos, pois não há formação de aglomerados e sim uma distribuição em busca de locais estratégicos.

A relocação do Mercado Público e da Feira-livre, resultou em transformações para além da referida forma espacial, no mapa 4 observa-se uma reconfiguração de todo o centro, incluindo novas ruas e tendo sua expansão para novos rumos. A hipótese aqui levantada é que esta reconfiguração foi resultado do próprio aumento da concorrência entre as demais formas de comércio que objetivaram ocupar os “vazios” deixados pela feira através de pequenos monopólios, das redes de lojas entre outras formas de cooperação. Viabilizada pela intervenção do Estado com o objetivo de criar um espaço mais “interessante” para os comerciantes.

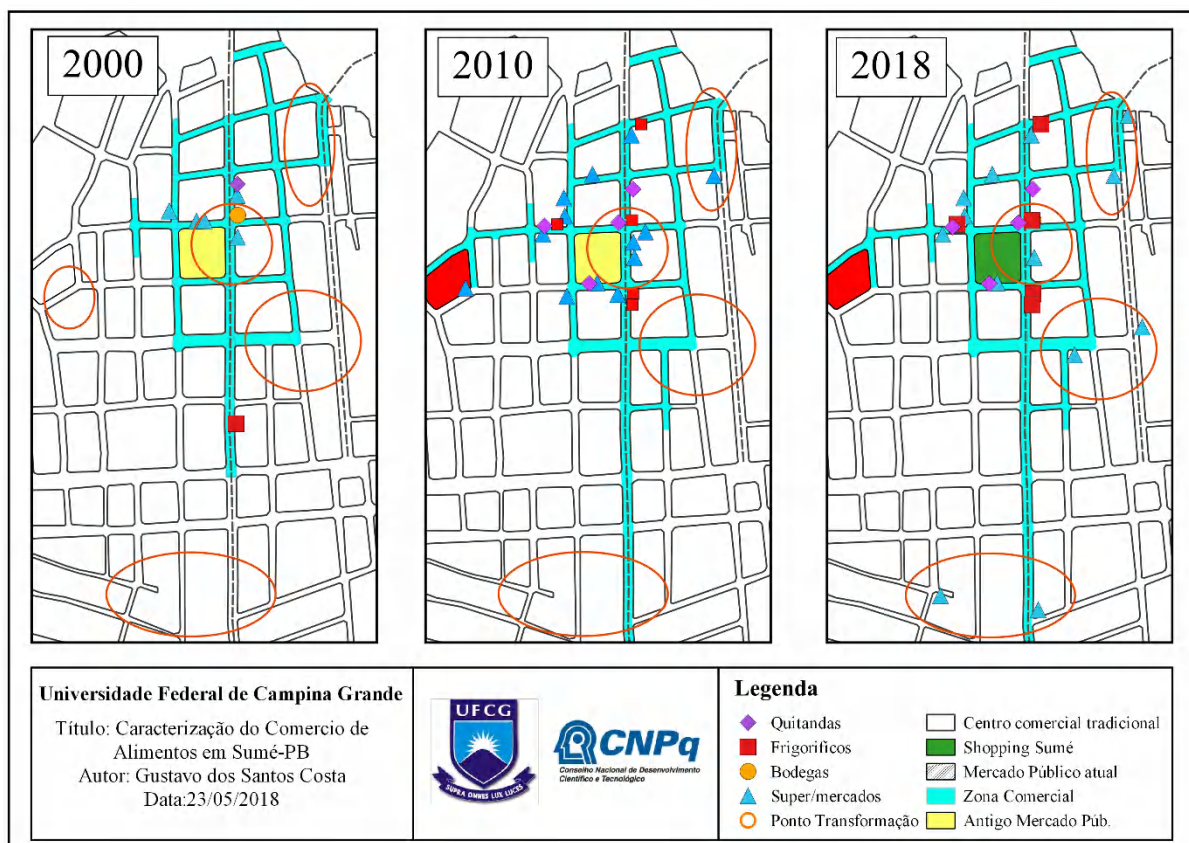


Figura 11: Caracterização espacial da Evolução Comércio de Alimentos no Centro Comercial de Sumé-PB entre 2000 e 2018. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

6.4.A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA LOCAL/REGIONAL DA FEIRA-LIVRE DE SUMÉ

Assim como já fora citado neste trabalho, as feiras-livres do Nordeste se constituem com um dos principais mecanismos de distribuição da produção local e regional, majoritariamente oriunda do campo, tornando-se de suma importância para a dinamização econômica das pequenas localidades, pois estabelece articulações diretas entre a cidade e o campo, tal como entre cidades de menor porte.

Tratando, especificamente, da Feira livre de Sumé, percebemos sua função na sistematização e concentração de parte considerável da produção local, em especial, dos pequenos produtores (agricultura familiar) que, dependendo do excedente de produção e da articulação entre os produtores, parte permanece na localidade para abastecimento da própria população e a outra parte escoada para outras localidades pelo próprio trabalho itinerante dos feirantes. Na apuração dos dados foi constatado que a mesma estabelece econômicas com os municípios circunvizinhos como Serra Branca, Camalaú, Coxixola, Amparo, Prata, Congo, Monteiro e até de outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Ceará, como pode ser visto no gráfico 1.

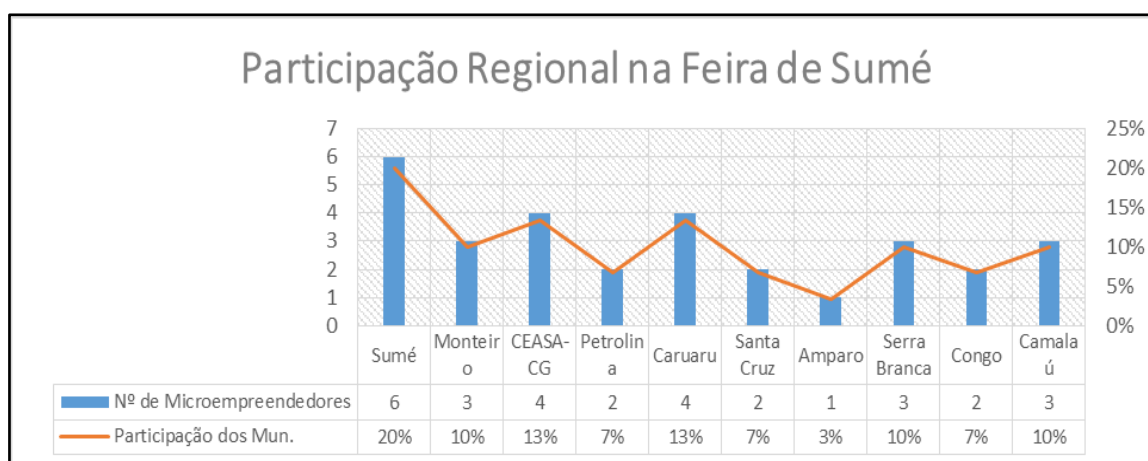


Gráfico 9: Participação regional na Feira Municipal de Sumé-PB. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Como pode ser visto no gráfico anterior, a Feira de Sumé possui uma importância que ultrapassa os limites territoriais do município, dessa forma, alcançando os municípios circunvizinhos. Tal influência não se emprega a apenas os feirantes que, por natureza possuem uma prática itinerante, como também foi constatado uma razoável mobilidade entre os consumidores. Segundo dados obtidos, apenas 20% das mercadorias que chegam na feira são produzidas no Município, a maior parte das mercadorias são escoadas das cidades de influência direta do município.

A mobilidade destacada nesta análise é resultando do efeito centrípeto desenvolvido pela feira-livre que, devido ao seu destaque, historicamente teve a capacidade de centralizar estes fluxos durante o dia da semana destinado a execução da mesma. O referido dia dispõe de transportes exclusivos com destinos a feira, em muitas localidades rurais é o único dia que há ofertas de transporte coletivo. Por este fato, que atualmente encontra-se em redução devido o aumento de consumo de automóveis nas últimas décadas, os fluxos nestes dias não correspondem apenas aos consumidores interessados na feira, pelo contrário, o dia de feira é caracterizado pelo maior número de fluxos para diversas finalidades e em diversos setores responsáveis pela prestação de serviços, tanto públicos e como privados.

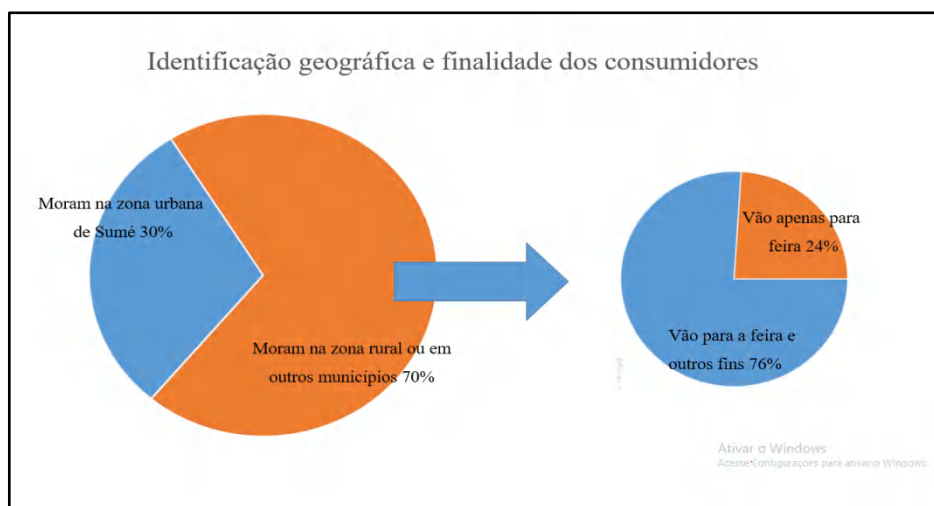


Gráfico 10: Identificação geográfica e a finalidade dos deslocamentos dos consumidores. **Autor:** COSTA, Gustavo.

O gráfico antecedente apresenta os dados relativos aos fluxos de consumidores, por sua vez, os dados obtidos mostram que considerável parcela destes fluxos é composta por pessoas que não residem na zona urbana ou mesmo no Município de Sumé, entretanto, encontram no dia de execução da Feira Municipal maiores facilidades de acesso à cidade, como transportes alternativos: vans, ônibus e pau-de-arara. Dessa forma, intensificam o fluxo no centro tradicional da cidade aumentando o consumo nos diversos setores do mercado, assim alterando, temporariamente, toda a dinâmica local.

Tal como está exposto pelo último gráfico, 70% (setenta por cento) dos consumidores que participaram da pesquisa afirmam não residirem na zona urbana de Sumé e 76% (setenta e seis por cento) destas pessoas afirmaram se deslocar nos dias de feira com diversos objetivos que iam além de fazer compras na referida feira. Em uma conversa não-formal com um consumidor que estava na feira, perguntei se ele preferia vir a cidade nos dias de feira, logo, ele me respondeu que sim, pois, segundo o mesmo, nas segundas-feiras (dia em que a cidade sede a Feira-Municipal) todos os comércios e serviços estão abertos o dia todo, não fechando para almoço e acima de tudo dão preferência as pessoas que assim como ele, não moram a cidade.

Por outro lado, também foi identificado que dos 30 micro-empresendimentos que responderam os questionários, 21 são de pessoas residentes em Sumé, ou seja, cerca de 70% (setenta por cento) dos empregos ofertados diretamente na feira-livre são ocupados por pessoas do município. De acordo com os mesmos resultados, 30% (trinta por cento) das pessoas que hoje trabalham a feira se inseriram no referido espaço em virtude da falta de emprego ou de melhores oportunidades de trabalho. Nesta perspectiva é possível perceber que

em virtude da mencionada concentração de fluxos e consumo que é promovida pela Feira municipal, surgem diversas ofertas de emprego que são de suma importância para circulação de capital dentro do próprio município e entre as localidades circunvizinhas.

6.4.1. A DINÂMICA COMERCIAL INTERNA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ

Retomando o debate a respeito do processo de decadência da feira-livre de Sumé, uma das principais constatações realizadas durante a análise dos dados obtidos, é de suma importância destacar a escala de análise. Tendo em vista o caráter relacional da escala escolhida, ora evidenciando alguns aspectos do fenômeno e ora ocultado e negligenciando outros, esta pesquisa alcança sua análise mais ampla, levando em consideração a verticalidade das análises, incluindo a feira-livre na relação cidade-campo, desse modo, tendo como recorte cartográfico o território do município de Sumé.

A partir do conteúdo exposto nos tópicos anteriores, complementado pelo figura 3 a seguir, é possível observar a influência que a sede municipal de Sumé exerce ao seu entorno, ou seja, a influência exercida pela cidade sobre o campo. Neste sentido, a cidade depende desta influência e dos fluxos resultantes da mesma para manter e até ampliar sua base material. No caso da Feira Municipal esta influência também pode ser identificada, pois a mesma se apropria dos fluxos desta rede, sendo possível constatar que ela tenha surgido e se ampliando ao longo do desenvolvimento da mesma, ao passo que a influência se desenvolveu, a cidade, tal como a feira-livre, também se desenvolveu, apesar que no caso das feiras-livres há algumas inversões nas últimas duas décadas.

Diante destes pressupostos buscou-se compreender a relação entre a Feira-livre de Sumé e a zona rural do referido município, para tanto, escolhemos 20 (vinte) comunidades rurais distribuídas ao longo do município, como podem ser vistas nas figuras 11, 12, 13 e 14 e, visualizadas sua localização no mapa seguinte (mapa 3).



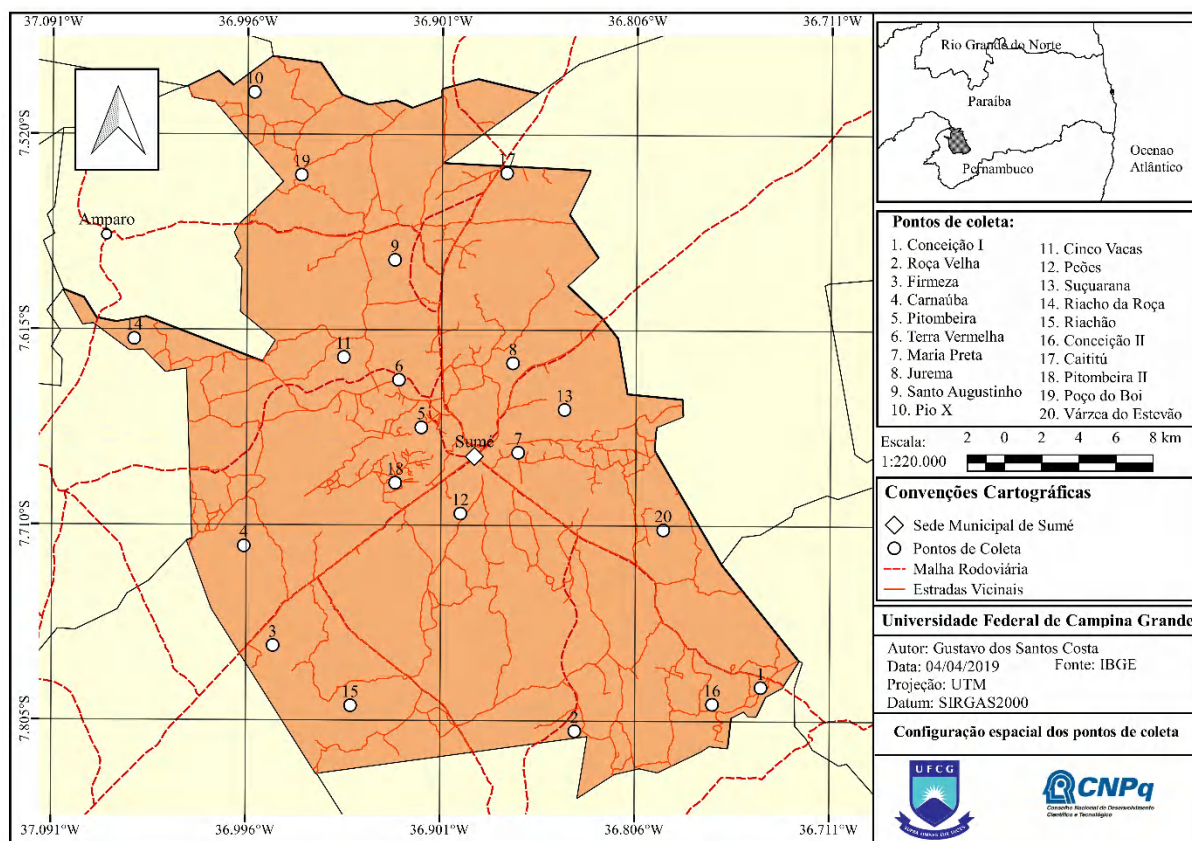


Figura 12: Mercado público em 2019; **Figura 13:** Feira de verduras; **Figura 14:** Transportes coletivos usados pela população rural; **Figura 15:** Feira de orgânicos, produtores locais.

As observações realizadas em campo, assim como os dados obtidos apontaram uma significativa reconfiguração das relações sócio-espaciais, ou melhor, da rede de cooperação, principalmente, em virtude do aumento da mobilidade, do surgimento das novas formas de consumo e da ampliação das novas formas comerciais.

Cabe mencionar que os circuitos espaciais de produção, já discutido no corpo deste texto, sendo aqui emprego para a análise das relações entre os agentes sociais responsáveis rugosidade acumulação capitalista de capital que, nas cidades locais assumem novas formas e funções devido as próprias particularidades locais.

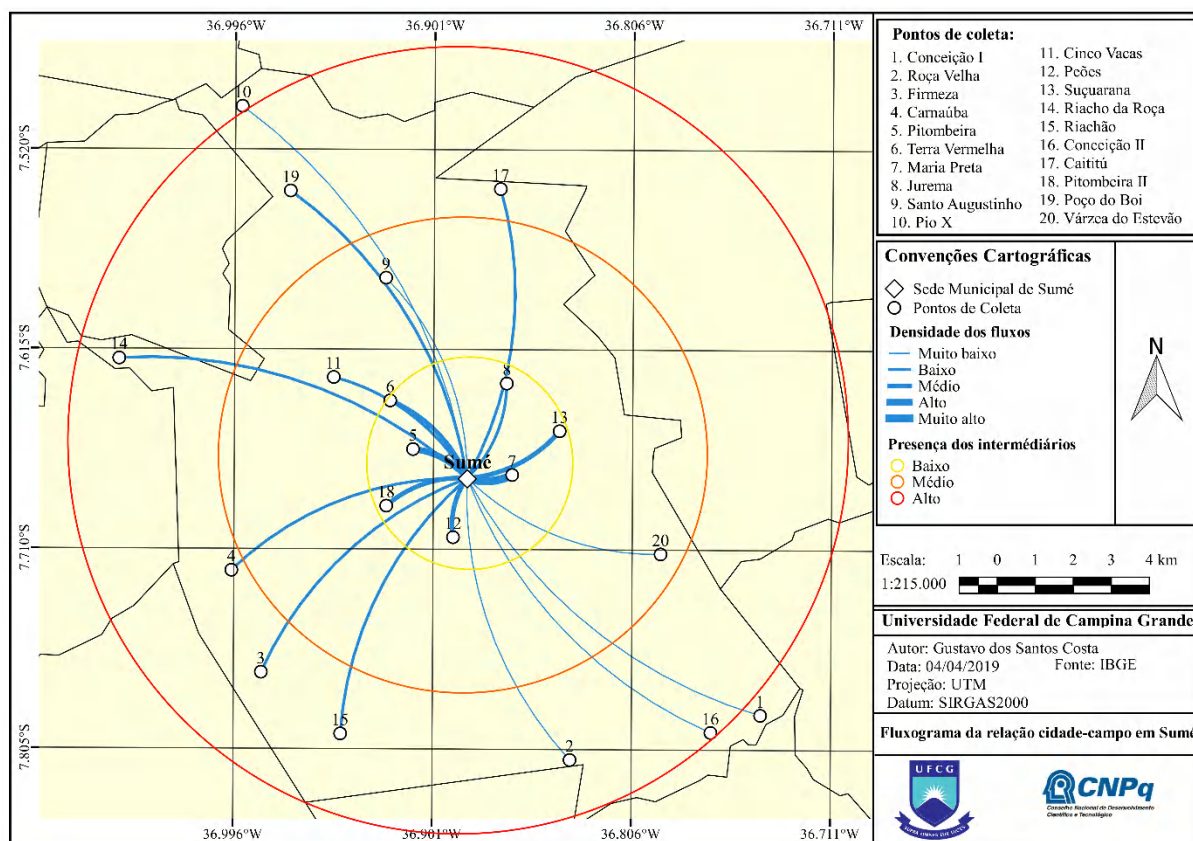
Portanto, pequenas cidades ou, como no caso de Sumé também cidade local, apesar de suas mudanças morfológicas, se mantém caracterizadas pela relação entre o aglomerado (semi) urbano e o campo, cada qual com suas competências, nesta pesquisa optamos por chamar tais competências de função regional. O conjunto de funções regionais associado às atividades primárias nas cidades locais é uma forte *rugosidade*, oriunda das situações não-urbanizadas, onde os setores secundário e terciário se mantém submissos ao primário, ou seja, às atividades agrícolas presentes no campo. Por isso, uma dependência tão forte com o campo.



Mapa 3: Mapeamento das comunidades visitadas. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Segundo Rémy e Voié (1992), a transição de situações não-urbanizadas para as urbanizadas, se dá, excepcionalmente, pelo aumento da mobilidade espacial. Esta mobilidade está, necessariamente, atrelada ao desenvolvimento de recursos técnicos que só ganham utilidade mediante a aceitação, legitimação cultural e uso social, bem como após criação da necessidade de se locomover. Tais recursos são os mesmo que constituem as redes técnicas, assim há uma relação dialética entre a rede e a mobilidade, o surgimento das redes técnicas aumentam a mobilidades e as condições da mesma, por sua vez, influenciando a expansão de tais redes através do uso e do aumento da demanda.

Entre as localidades que estão sendo observadas, foi constatada uma forte relação de dependência para com a cidade, sendo, principalmente, o dia da feira-livre que os fluxos se intensificam. Todavia, se trata de um grande território municipal em que encontram localidades rurais a mais de 30 quilômetros da sede municipal, e outras, a menos de três quilômetros. Portanto, como mostra a figura 1, são relações bem diversificadas.



Mapa 4: Fluxograma da relação Campo-Cidade em Sumé-PB. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Em decorrência do aumento do uso de meios de transporte autônomos, percebemos que algumas comunidades estão passando a condição de bairro. Assim, quanto mais próximo da sede municipal, menor é a dinâmica interna da comunidade: como campos de futebol, bares, borracharias entre outros serviços, pois encontram todos estes elementos na cidade, por sua vez, as comunidades mais afastadas tendem a aumentar sua dinâmica interna, devido os custos com a mobilidade.

6.4.2. O PAPEL DA FEIRA-LIVRE E A MOBILIDADE ESPACIAL

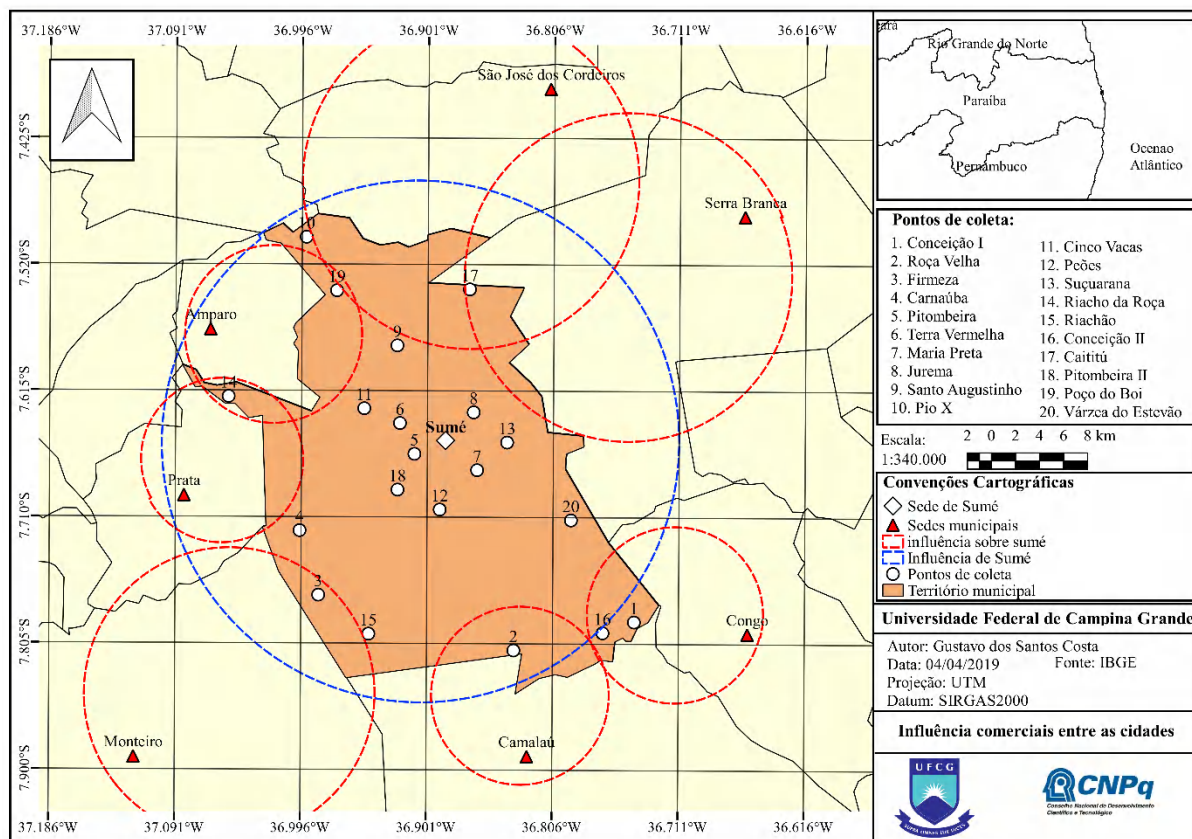
Foi identificado uma relação dialética entre a importância social da feira-livre e a mobilidade espacial da população rural, ao passo que a população rural passa a adquirir meios de transporte particulares, como carros e motos, aumentando sua mobilidade espacial, ganha consigo maior autonomia. Contudo, como pode ser no mapa 06, no que se refere-se ao tráfego da produção ainda há forte influência dependência ao intermediários, ao contrário da localidades mais próximas que, em sua maioria, comercializam sua própria produção na feira local. Desse modo, passa a não depender dos transportes coletivo nos dias de feira, assim como aumenta seu poder de escolha para estabelecer suas relações comerciais na localidade que lhe apresenta maiores vantagens.

Em outras palavras, o aumento dos usos de transporte autônomo, em especial, as motocicletas, estão desencadeando novos fenômenos sócioespaciais nos aglomerados (aglomerados em urbanização), tal como a diminuição da importância da feira-livre e de seu efeito- atração nos dias de feira que outrora foi tão característico. Atualmente, o aumento da mobilidade espacial é sinônimo de maior autonomia na referida cidade, assim, a população pode escolher o melhor dia para buscar serviços na cidade, sem precisar esperar o dia em que há transportes coletivos semanais.

A natureza do consumo dos transportes autônomos está relacionada considerável aumento da renda *per capita* e do PIB de Sumé, estas modificações, geraram consideráveis transformações espaciais a partir do aumento da qualidade e do poder de consumo. Em parte, ocasionados pelo aumento dos programas sociais de assistencialismo e pelo aumento do número de pensionistas e aposentados, buscando, assim, outros meios de subsistência além da produção agrícola.

Tais transformações socioeconômicas, aqui evidenciadas as do campo, apresentam uma considerável capacidade reconfiguração espacial. Através das observações em campo realizadas até aqui, relacionando-as com o resultado de pesquisas realizadas anteriormente, foi possível constatar que em virtude do processo de decadência da feira-livre, do aumento do número pensionistas e aposentados, tal com dos impactos dos últimos anos de estiagem, os circuitos de produção que se dão entre a cidade e o campo, estão, gradativamente, sendo reduzidos.

Entretanto, há um aumento da cooperação entre a cidade e o campo, sendo a cidade o locus do comércio e o campo, a área com maior concentração de aposentados e consumidores. Portanto, sua associação é fundamental para a permanência destas pequenas cidades, tal como as funções exercidas por elas, são primordiais na ofertas de serviços e na consolidação do bem-estar no campo.



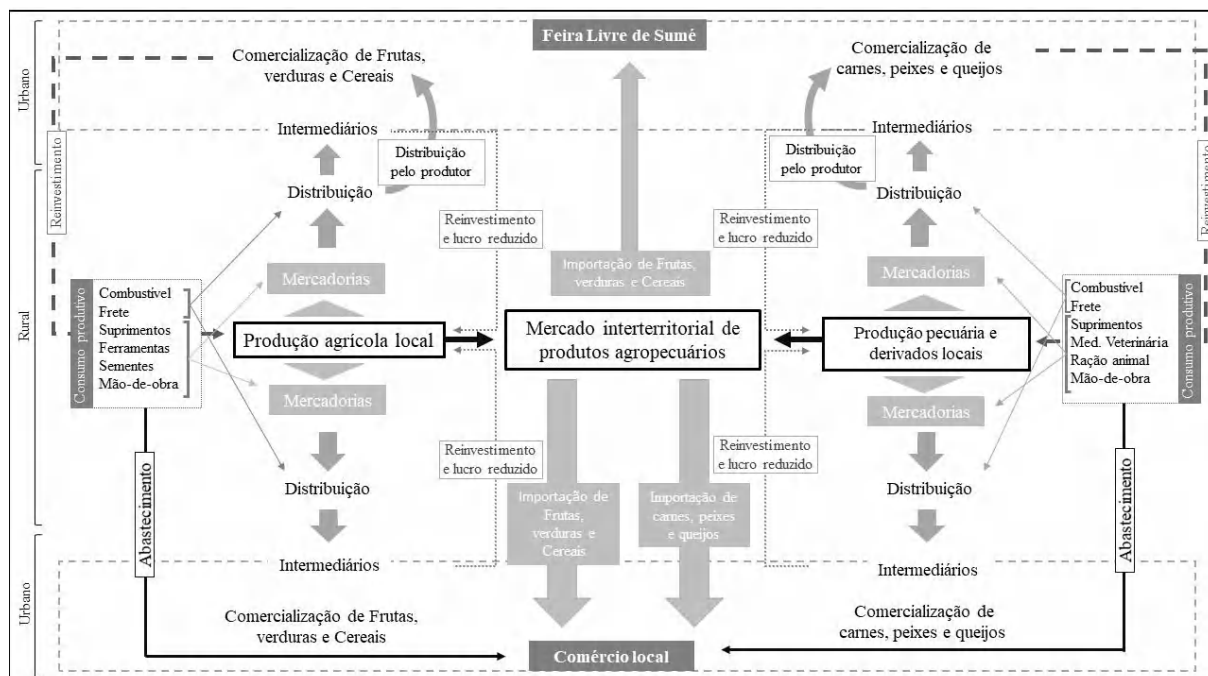
Mapa 5: O efeito-centrípeto da sede municipal de Sumé e de sua circunvizinhança. **Autor:** COSTA, Gustavo.

Tal como evidencia a figura 2, a análise dos dados mostram que a mobilidade espacial percorrida aqui, gradativamente, está reconfigurando espacialmente as articulações comerciais. Manifestando-se pelo surgimento de novos fluxos em diferentes dias da semana, para além do dia referente a feira-livre, assim como pelo aumento da relação com outros aglomerados populacionais que, outrora não eram possíveis, devido a falta de acessibilidade.

Tal reconfiguração, tende a intensificar ainda mais o processo de decadência das feiras-livres, pois nesta nova configuração a feira perder sua exclusividade e passa a ser vista como um espaço complementar de consumo, relativizando sua importância que atualmente, passar a ser prioritariamente como espaço de encontro e não mais de consumo como possuía outrora. Este mesmo processo vem reduzindo as possibilidades de escoamento da produção local, o que estimula a busca por novos mecanismo que, até então, segundo os próprios produtores, apresentam muito mais desvantagens.

A respeito da dinâmica do escoamento da produção local, quadro seguinte (quadro 01), busca, através dos dados coletados em campo, apresentar um esquema sintético dos três principais eixos de escoamento da produção: A Feira livre, o comércio local e o mercado interterritorial. Sendo esmiuçado o processo de circulação dos dois primeiros eixos, pois estes

são objetos desta pesquisa, dizem respeito a dinâmica interna território e apresenta a interação entre os agentes do processo produtivo. Por sua vez, estes dois eixos são divididos sob duas perspectivas, uma relacionada ao escoamento da produção agrícola e outra sobre o escoamento da produção pecuária, visto que ambas ocorrem de maneiras distintas.



Quadro 2: Configuração dos circuitos espaciais de produção em Sumé. **Fonte:** COSTA, Gustavo.

No quadro 1 destaca-se o processo de reinvestimento, a respeito deste processo, notou-se que, o processo de reprodução das relações sociais de produção no circuito espacial de produção se dá através do (re)aplicação de parte dos recursos obtidas no processo de produção. Neste sentido, fora identificado dois tipos de reinvestimento na interação espacial dos circuitos de produção estudados: o reinvestimento (“normal”) e o reinvestimento reduzido; o primeiro diz respeito ao reinvestimento oriundo de relações na qual o produtor alcança uma lucratividade mediana, conseguindo manter o consumo de seus bens salariais e ainda reinvestir uma quantidade igual ou superior à do último reinvestimento. No entanto, o reinvestimento reduzido ou imediato, diz respeito às relações para com os intermediários, nas quais evidencia-se uma baixa rentabilidade e um reinvestimento menor ao anterior, estagnando ou reduzindo suas atividades produtivas.

Acrescenta-se ainda a relação entre a produção local e o mercado interterritorial está restrita, basicamente, a produção de tomate e a avicultura que, por sua vez, estão inseridas em outros circuitos de produção com maiores ondas de alcance territorial. São atividades desenvolvidas, especificamente, para este mercado, assim, no caso do tomate, indo diretamente para a EMPASA-Campina Grande e, no caso da avicultura, sendo destinada ao

abastecimento de cidades circunvizinhas. Por outro lado, este mercado interterritorial é de grande importância no abastecimento da feira livre e do comércio local com todas as mercadorias não produzidas na localidade ou que a produção local não consegue saciar integralmente a demanda.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da acumulação dos avanços técnicos e informacionais no Cariri Paraibano, mais precisamente, no entorno do Município de Sumé, verificamos uma reconfiguração da dinâmica local/regional. No qual, são responsáveis pelo surgimento de diversos novos processos em todo setor terciário que, apesar da multiplicidade de fatores, caminham em uma mesma direção, a consolidação do espaço como receptáculo, passivo, dos interesses do modo de produção capitalista.

Pôde-se constatar que mesmo tratando-se de uma pequena cidade no interior do Nordeste, a sua função regional e a própria hierarquia urbana foram afetadas por diversas transformações oriundas da inserção da lógica global embutida nas formas espaciais contemporâneas. Sendo comumente observado no espaço urbano e na respectiva feira. Ao analisar o progresso econômico da feira após meados da década de 1960, fora identificado que a mesma se constituía com um nó em meio a uma rede de influência de escala regional (Sertão).

Contudo, atualmente, constatamos que esta rede do comércio tradicional encontra-se em decadência, sendo reduzida e reconfigurada. Por outro lado, as novas influências sociais, canalizadas pelos atuais meios técnicos, assim como as tendências de consumo contemporâneas, estabelecem relações com redes de ondas cada vez mais longas, ultrapassando os limites territoriais da nação.

Com a expansão da malha rodoviária no interior paraibano, acompanhada pela expansão das redes de supermercados, filiais e firmas locais, nota-se que na referida cidade há a presença de um relativo processo de heterogeneização das formas comerciais, desenvolvendo o decréscimo do pequeno comércio tradicional. Por sua vez, o processo supracitado é mantido com apoio do poder público na racionalização das formas espaciais e, conseqüentemente, favorecendo acumulação de capital e a manutenção da propriedade privada. Todavia, cabe destacar que as bases materiais não os únicos responsáveis pelas transformações sócioespaciais aqui tratadas, na verdade, elas apenas dão suportes as novas racionalidades e aos novos valores globais, estes sim, são os reais responsáveis pelos processos desencadeados.

Neste sentido, refletir sobre a produção espacial dos centros comerciais das pequenas cidades é uma tarefa lenta e cautelosa, já que estas localidades são caracterizadas pela reduzida velocidade de seus processos em virtude de seu próprio caráter remanescente ao

agrário pré-capitalista, não-urbanizado. Contudo, nos últimos anos estão sendo incorporadas as novas racionalidades do capitalismo, da qual recebem infinidades de influências a partir dos novos meios técnicos, majoritariamente, confundidos como aspectos do “desenvolvimento”, ao mesmo tempo em que não indica parâmetros econômicos e políticos para tanto. Ao inverso, resultam em uma distorção/confusão na economia local.

Neste contexto, o centro comercial torna-se o alvo principal das transformações espaciais, sendo a sua paisagem, o mecanismo chave de disseminação dos discursos e das ideologias hegemônicas. Desse modo, foi constatado que sua viabilização é dada pela racionalização das atividades exercidas nas principais ruas, satisfazendo e estimulando o consumo material e imaterial da população local e regional – incluindo as cidades circunvizinhas inseridas na Região Imediata de Sumé.

Este processo de expansão das novas formas de comércio, em detrimento do pequeno comércio e dos comércios periódicos ganham nos últimos anos novas formas espaciais mediante novas espacializações – observando, principalmente, o caso da descentralização dos supermercados. Por outro lado, ainda se destacam algumas concentrações espaciais dessas formas comerciais, especificamente no entorno do antigo Mercado Público Municipal, atualmente, o Shopping Center Sumé. Estas duas formas de espacialização se caracterizam pela busca de alternativas que visam absorver os fluxos da Feira-livre, a primeira pela descentralização e proximidade de outros bairros e a segunda pela formação de aglomerados comerciais com maior racionalização do espaço, de acordo com os moldes hegemônicos, gerando o consumo do espaço e da paisagem, conseqüentemente, o consumo material.

Todavia, o dia da feira-livre, segunda-feira, apesar de apresentar reduções, ainda se constitui como principal dia para execução das atividades comerciais e demais atividades terciárias, em virtude do maior fluxo, caracterizado pela relação campo-cidade e movimento de populações saídas do campo em busca de alternativas de consumo na cidade, atualmente, projetadas para além das feiras livres.

Dessa forma, nota-se que a relação entre as ruas comerciais, inseridas no centro comercial, e a feira-livre, situada fora do referido centro, ora é de concorrência, ora é de complementariedade. Pois o referido conjunto de formas espaciais, dividido entre os inseridos na feira-livre e os fixados no centro comercial competem diretamente pela população consumidora e, paralelamente, se complementam. Pois as novas formas se apropriam do dia da feira e parte dos feirantes passam a se relocarem em direção ao centro em busca de maiores fluxos. Além de se constituírem como categoria única na busca de políticas públicas.

Assim conclui-se que o setor terciário da cidade de Sumé é híbrido relativo às novas formas espaciais, manifestadas pelo conteúdo capitalista-urbano, associado ao pequeno comércio tradicional ainda encontrado nas ruas como formas de resistência e agregados ao mercado periódico. Os dois últimos, ainda marcados pelo caráter agrário- pré-capitalista. Suas junções formam um arranjo espacial heterogêneo, mas que, antes de tudo, se expressa pela competitividade que, por sua vez, não são sinônimo de concorrência justa, e sim de apropriação de diferentes mecanismos de ação, alguns já ultrapassados e outros atuais.

Quando se estabelece a análise da relação cidade-campo, observa-se a existência de um minissistema sob a forma de rede, no qual, as comunidades rurais são os nós e, atualmente, é através deste minissistema de escala mesolocal que a Feira-Livre de Sumé sobrevive. Pois, constatamos que parte significativa da produção local é escoada para feira-livre, em sua maioria, pelos próprios produtores que, pela inexistência de intermediários, conseguem alcançar maiores lucros e mantendo os baixos valores das mercadorias.

Através do aumento da mobilidade espacial, o minissistema cidade-campo sofre significativas alterações, incluindo novos nós, por sua vez, resultante de relações comerciais com novos agentes, em alguns casos oriundos de outros municípios da circunvizinhança. A atual configuração espacial, é promovida pelo novo conjunto de relações sociais que, se inicia a partir do consumo urbano e tende a ser reproduzido nas demais interações sociais, como o surgimento de minimercados e conveniências no campo.

Neste estudo, o trabalho cartográfico se deu sob múltiplas escalas, que partiram do mapeamento da configuração do centro comercial até a confecção de mapas representando os fluxos entre as comunidades rurais e a sede municipal, assim, possibilitando uma diversidade maior de análises sócio-espaciais. A análises espaço-tempo através de elaboração das representações cartográficas mostraram-se, metodologicamente, bastante eficientes, apesar de pouco utilizada neste tipo de estudo. Assim, fora possível concluir que o mapeamento das relações comerciais para compreensão da dinâmica das pequenas consiste enquanto uma metodologia de suma importância para análise de um objeto de estudo tão caro a ciência geográfica, a cidade local.

Sendo assim, pode-se concluir que em virtude das novas influências regionais/globais que, a partir das micro-relações cotidianas, são capazes de alterar, gradativamente, a dinâmica regional. Desarticulando e “desequilibrando” a antiga circulação regional dos capitais, ao mesmo tempo que contribui para a criação dos monopólios e dos subempregos. Inerente a atual lógica de produção capitalista, o capitalismo flexível, na qual

busca ampliar as formas de alienação da classe trabalhadora e, paralelamente, precarizar as condições de trabalho. Assim, conclui-se que este processo representa uma estruturação do espaço urbano e regional que, mediante a desarticulação produtiva, torna-se vulnerável a dominação e se projeta como um espaço consumidor, incapaz de reverter às perdas culturais e econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Rita de C. Gregório de. **A Cidade de Coremas-PB: Geografia Histórica de uma Cidade Pequena**. Curitiba: Editora CRV, 2011.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2. ed. Trad.: Raquel Soeiro de Brito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1997.
- BENKO, Georges. **ECONOMIA, ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO: na aurora do século XXI**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **RAZÕES PRÁTICAS: Sobre a teoria da ação**. Ed. 11°. Campinas: Papirus, 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2010.
- COSTA, Gustavo dos Santos & DINIZ, Lincoln da Silva. FEIRAS LIVRES REGIONAIS: ESTUDO DE CASO A CERCA DAS TRANSFORMAÇÕES COMERCIAIS NA FEIRA DE SUMÉ-PB. In: **Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades**, 3., 2017, Sobral. **Anais: Comércio e Serviços no Espaço Urbano Regional**, 2017.
- DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras nordestinas. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. **Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-Consumo na França e no Brasil**. Revista Ambiente e Sociedade, v. 19, p. 1-22, 2016.
- DINIZ, Lincoln da Silva Diniz. **As bodegas da cidade de Campina Grande: dinâmicas sócioespaciais do pequeno comércio**. 2. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2011.
- FRANÇA FILHO, A. L.. **A Presença (ou Ausência) do Pensamento Marxista na Geografia Moderna**. Revista Tamoios, v. 5, p. 31-47, 2010
- GOMES, Rita de Cássia C. In: SILVA, A. B.; GOMES, R. C. C.; SILVA, Valdenildo Pedro da (Org.) . **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal - RN: EDUFRRN, 2009.
- GONÇALVEZ, Carlos Walter Porto. A Geografia está em crise, viva a Geografia. In: MOREIRA, Ruy (Org). **Geografia: Teoria e Crítica- O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- HAESBEART, Rogerio. **O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6º ed. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2011.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980

_____, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, David. **A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: Marx e o capital do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção espaço nas pequenas cidades e médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Médias e Pequenas cidades: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Salvador: SEI, 2010.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco. MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOFFILY, Irineu. **Gazeta do Sertão**. Nº 10. Campina Grande, 02 de Nov de 1988.

LACOSTE, Yves. La géographie. In: CHATELET, F. **Philosophie des sciences sociales**. Paris, 1973.

_____, Yves. **A Geografia Serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Marxismo**. São Paulo: L&PM, 2016.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades Média e Pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. **Médias e Pequenas cidades: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Salvador: SEI, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2009.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. **DO OÁSIS À MIRAGEM: uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé - PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste**. Dissertação de (mestrado em Ciências Sociais). UFCG/CG/UACS. Campina Grande- PB, 2010.

MOARES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____, Antonio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de cooperação no espaço. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica & CATAIA, Márcio. **Dos circuitos espaciais da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo vermelho, 2017.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais**. In: MOREIRA, Ruy (Org). **Geografia: Teoria e Crítica- O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras. In: _____, Ruy. **Geografia: teoria e crítica – O saber posto em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.

NECO, Ivanildo Ribeiro. **A Transferência da Feira Livre de Sumé-PB e as Redefinições Territoriais da Cidade**. Monografia de (Graduação em Geografia). UEPB/CEDUC/DG. Campina Grande-PB, 2010.

PINTAUDI, Maria Silvana. OS MERCADOS PÚBLICOS: METAMORFOSES DE UM ESPAÇO NA HISTÓRIA URBANA. Em: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. V. 10, N. 218 (81), Barcelona, 2006.

_____, Silvana Maria. **A cidade e as formas do comércio**. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

QUAINI, Massimo. **Geografia e Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editores Associados, 2002.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **A Cidade: Rumo a uma nova definição?**. Porto: Afrontamento, 1992.

SALGUEIRO, Tereza Barata.; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S. M. M. (Org.) **Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

SANTOS, Milton. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxos da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 53, 1977.

_____, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: MOREIRA, Ruy (Org). **Geografia: Teoria e Crítica- O saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____, Milton **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. 2º ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____, Milton. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: edusp, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **BRASIL: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos. **SHOPPING POPULAR FEIRAGUAI: ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO DE COMÉRCIO EM FEIRA DE SANTANA – BA.** Tese de (Doutorado em Geografia). UNESP/ IGCE, 2016.

SÍLVA, Sonielson Juvíno. **Das coisas que me precederam: Histórias da cidade de Sumé-PB.** João Pessoa: EDUFPB, 2011.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, R. **Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá.** 2004. Monografia. (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VILLAÇA, Flavio. **REFLEXOES SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS.** São Paulo: Nobel, 2012.